

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	160466-COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA	THALES BRUNO BRAGA MEDEIROS	13/05/2026 08:45 (v 0.9)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		64306.002321/2026-34

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160466)

OBJETO

Aquisição de microcomputadores completos (conjuntos prontos/montados), cada conjunto composto por computador desktop, monitor e sistema operacional Windows 11 Professional com licença perpétua/vitalícia

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 75.567,60 (setenta e cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2026 às 9h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA

BRIGADA ANHANGUERA

Torna-se público que O **COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA / POSTO MÉDICO DE GUARNIÇÃO DE CAMPINAS**, por meio do setor responsável pelas licitações, sediado na Av. Soldado Passarinho s/n, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP 13070-115, torna público que realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, quando aplicável, e demais legislação pertinente, bem como das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação é realizada em **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob o regime de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, conforme Lei nº 14.133/2021, para aquisição de 12 (doze) microcomputadores completos (conjuntos prontos/montados), cada conjunto composto por:

- 01 (um) computador desktop com especificações técnicas mínimas conforme Termo de Referência anexo;
- 01 (um) monitor com diagonal de 23,8" a 29", novo;
- 01 (uma) licença perpétua/vitalícia de Windows 11 Professional.

1.3. A licitação será realizada em **único item**.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, à inexistência de órgãos participantes e a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será o **Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada**.

2.3. Não há órgãos participantes nesta contratação.

2.4. Será permitida adesão à Ata de Registro de Preços, observados os limites e requisitos da legislação aplicável, do edital e da respectiva ata.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que se enquadrem nas categorias de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.1 Não há restrições indevidas à participação. Vedada qualquer preferência por naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, conforme art. 37, XXI, da CF/88 e Lei nº 14.133/2021.

3.2. O modo de disputa é ABERTO, permitindo a participação de qualquer licitante enquadrado nas condições de participação estabelecidas neste edital, sem restrições quanto ao número de propostas ou exclusividade de acesso.

3.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.7. Para o item 1, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Considerando que o valor estimado para a contratação é de R\$ 75.567,60 (inferior a R\$ 80.000,00), a participação neste certame será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 14.133/2021.

3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da **Ata de Registro de Preços ou do contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio; **a vedação se justifica em razão da natureza comum e padronizada do objeto, da baixa complexidade da execução, da ampla disponibilidade do produto no mercado e da inexistência de ganho concreto de competitividade ou de vantagem administrativa para a Administração com a admissão dessa forma de participação. (INCLUSÃO – justificativa expressa da vedação ao consórcio; Atendimento à Lista de Verificação TIC/SET 2024 – item 65)**

3.10.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.10.4 e 3.10.5** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de **gestão da ata e das contratações dela decorrentes**, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não

poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação **não terá caráter sigiloso**.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais e demais normas aplicáveis e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para o item;

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.7. A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado aos órgãos de controle.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário do item e valor total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. quantidade cotada, correspondente ao quantitativo total do item, **12 (doze) unidades**.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do fornecimento, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização perante os órgãos de controle, observados o contraditório e a ampla defesa.

Do índice de reajustamento de preço

6.13 Será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada a 09/04/2026 (data do orçamento estimado), conforme art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

6.14 Os preços registrados na Ata de Sistema de Registro de Preços serão reajustados anualmente, a partir da data de assinatura da Ata, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme metodologia prevista no Termo de Referência (ANEXO I).

6.15 O reajuste será aplicado mediante solicitação formal do fornecedor, acompanhada de documentação comprobatória da publicação do índice pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.16 A data-base para cálculo do reajuste será a data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado o disposto na legislação aplicável.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. O modo de disputa adotado será o ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances sucessivos, observados o intervalo mínimo de diferença entre eles e o tempo de prorrogação automática.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação,
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), observado o modo de disputa adotado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do

editais, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força da legislação aplicável.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação, desde que não alterem a substância da oferta e não impliquem majoração do preço.

8.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.12. Considera-se erro passível de correção a indicação de regime tributário incompatível com a situação efetiva da empresa, desde que não haja alteração substancial da proposta.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área requisitante ou da área técnica especializada no objeto.

8.14. Como condição para aceitação da proposta, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie, juntamente com a proposta ajustada, sob pena de não aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária prevista na Portaria INMETRO nº 304, de 2023, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência

energética equivalentes àquelas necessárias para a certificação na forma da referida Portaria, conforme exigido no Termo de Referência.

8.15.1. Na hipótese de inexistência de certificação voluntária, a Administração poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada, quando cabível e previamente motivado.

8.16.2. Caso não se confirme a adequação do produto às exigências técnicas e de sustentabilidade estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital, a proposta selecionada será desclassificada, assegurado ao licitante o direito de manifestação prévia.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos limites das informações ali constantes.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da **ata de registro de preços ou de aceite do instrumento equivalente**, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados ou consularizados, na forma da legislação aplicável.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, na forma admitida pelo sistema utilizado na licitação.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto.

9.9.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1 Formalização da Contratação, após a homologação e adjudicação do resultado da licitação, a contratação será formalizada mediante:

a) Assinatura da Ata de Sistema de Registro de Preços (SRP), que constituirá instrumento vinculante entre a Administração e o fornecedor registrado;

b) Emissão de Nota de Empenho ou instrumento assemelhado, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021, que substituirá o termo de contrato.

10.2 Prazo para Assinatura da Ata de Registro de Preços, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2.1 A convocação será realizada por meio de:

- a) Correspondência eletrônica (e-mail) para o endereço fornecido na proposta;
- b) Comunicação oficial encaminhada ao domicílio ou sede do adjudicatário;
- c) Publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

10.3 Assinatura Digital da Ata, alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para assinatura presencial, a Administração poderá encaminhar a Ata de Registro de Preços para assinatura digital, mediante plataforma de assinatura eletrônica certificada, conforme art. 38 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1 A assinatura digital terá a mesma validade jurídica da assinatura presencial, dispensando o comparecimento físico do adjudicatário.

10.4 Efeitos da Assinatura da Ata de Registro de Preços, a assinatura da Ata de Registro de Preços implica o reconhecimento de que:

10.4.1 O Fornecedor Registrado se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital, no Termo de Referência (ANEXO I) e no Estudo Técnico Preliminar;

10.4.2 O Fornecedor Registrado reconhece que as hipóteses de extinção da Ata são aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 124 a 127;

10.4.3 Aplicam-se à contratação decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Termo de Referência, da proposta vencedora, da respectiva Ata e das normas legais e regulamentares aplicáveis;

10.4.4 O Fornecedor Registrado se obriga a manter, durante toda a vigência da Ata, as condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas neste Edital.

10.5 Prorrogação de Prazos, os prazos estabelecidos nos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração, desde que não prejudique o cronograma de execução.

10.6 Vigência da Ata de Registro de Preços

10.6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme estabelecido no Termo de Referência (ANEXO I).

10.6.2 Durante a vigência da Ata, a Administração poderá convocar o Fornecedor Registrado para fornecimento dos bens, mediante emissão de Nota de Fornecimento de Bens (OFB) ou instrumento equivalente.

10.6.3 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, conforme disposições do Termo de Referência e da legislação aplicável.

10.7 Condições de Habilitação e Contratação

10.7.1 Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação e regularidade fiscal consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Fornecedor Registrado durante toda a vigência da Ata e das contratações decorrentes.

10.7.2 O Fornecedor Registrado deverá comprovar:

- a) Regularidade fiscal perante a Receita Federal do Brasil (RFB);
- b) Regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- c) Regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal;
- d) Ausência de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- e) Ausência de inscrição no Cadastro de Pessoas Impedidas de Licitar e Contratar com a Administração Pública Federal (CNPJ);
- f) Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

10.7.3 A existência de registro no CADIN, quando impeditiva na forma da legislação aplicável, poderá ser considerada pela Administração para fins de contratação, podendo resultar na rescisão da Ata e aplicação de sanções.

10.8 Recusa em Assinar a Ata

10.8.1 Caso o adjudicatário recuse-se a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, será declarado o seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.8.2 Neste caso, a Administração poderá convocar o próximo colocado, conforme ordem de classificação, para assinar a Ata nas mesmas condições ofertadas pelo primeiro colocado.

10.9 Documentação Obrigatória, Não será incluída minuta de Termo de Contrato como anexo ao edital, conforme Parecer AGU item 264. A contratação será formalizada exclusivamente pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou instrumento assemelhado.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8. Em caso de prorrogação da ata, **poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado**, desde que mantida a vantajosidade e observada a legislação aplicável.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o **contrato**, nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do sistema eletrônico do certame e, quando necessário, mediante solicitação ao setor responsável pelo e-mail institucional informado neste Edital.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não assinar a **Ata de Registro de Preços** ou não celebrar o **contrato**, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar a **Ata de Registro de Preços** ou o **contrato**, no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor da **ata de registro de preços, da contratação decorrente ou do instrumento equivalente, conforme o caso.**

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor da **ata de registro de preços, da contratação decorrente ou do instrumento equivalente, conforme o caso.**

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a **Ata de Registro de Preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente**, descrita nos itens 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas neste Edital.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade demandará a instauração de processo administrativo de responsabilização.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações poderão ser enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por meio eletrônico, pelos seguintes canais: **sistema COMPRAS.GOV.BR e e-mail institucional do setor responsável: pmgu.cas11@gmail.com**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema COMPRAS.GOV.BR e nos demais meios oficiais de divulgação do certame. **(INCLUSÃO – adequação da divulgação oficial).**

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. **ANEXO I** – Termo de Referência;

16.11.1.1. **Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;**

16.11.2. **ANEXO II** – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.3. **ANEXO III** - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

16.11.4. **ANEXO IV** – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.12. O presente Edital foi elaborado com base no modelo padronizado da Advocacia-Geral da União/Secretaria de Governo Digital, com as adaptações necessárias ao caso concreto, devidamente destacadas no texto.

16.13. O presente Edital guarda coerência com o Estudo Técnico Preliminar, com o Termo de Referência, com a Pesquisa de Preços nº 113/2026, com a Ata de Registro de Preços e com os demais artefatos do processo.

16.14. O inteiro teor deste edital e seus anexos serão publicados obrigatoriamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigência do art. 38, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

16.15. Será publicado extrato do edital no Diário Oficial da União (DOU), contendo as informações essenciais da licitação, incluindo:

a) Número e data do edital;

b) Objeto da licitação;

c) Valor estimado;

d) Data, hora e local da sessão pública;

e) Endereço eletrônico para acesso ao edital completo no PNCP.

16.16. O prazo mínimo de publicidade será de 8 (oito) dias antes da data marcada para a sessão pública de abertura, conforme art. 38, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

16.17. A publicação no PNCP e DOU é condição de eficácia do ato convocatório. A ausência de publicação integral no PNCP ou de extrato no DOU compromete a validade do certame.

....., de de 2026.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SYLVIO ROBERTO DOS SANTOS PEREIRA
Autoridade competente

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA

Termo de Referência 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	160466-COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA	THALES BRUNO BRAGA MEDEIROS	06/05/2026 13:41 (v 0.8)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		64306.002321/2026-34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Aquisição de **12 (doze) microcomputadores completos (conjuntos prontos/montados)**, cada conjunto composto por **computador desktop + monitor e Sistema Operacional Windows 11 Professional com licença perpétua/vitalícia**, com entrega **montada e operacional**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Processador: Gráfico integrado, >8 núcleos, Windows 11 Pro nativo Memória RAM: 16GB DDR4 @ 2400MHz mínimo Armazenamento: SSD NVMe M.2 ≥500GB (VEDADO HDD) Fonte: 500W+ com certificação 80 Plus Bronze ou superior Monitor: 23,8" a 29" (novo, compatível) S.O.: Windows 11 Professional – Licença Perpétua/Vitalícia (OBRIGATÓRIO) Garantia: Mínimo 12 meses (fabricante) Condição: Novo, 1º uso, rastreável por número de série	630339	Unidade	12	R\$ 6.297,30	R\$ 75.567,60

1.2. O objeto compreende o fornecimento de **bens de TIC**, novos e de primeiro uso, com todos os componentes necessários ao pleno funcionamento do conjunto, incluídos teclado, mouse, cabos e demais acessórios indispensáveis à utilização regular do equipamento, conforme especificações deste Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP.

1.3.1. Os computadores objeto desta licitação são bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, conforme *art. 6º, inc. XIII, Lei 14.133/2021*. Não se enquadram como bens de luxo ou artigos de uso restrito, mas como equipamentos de qualidade padrão, compatíveis com as necessidades operacionais da Administração Pública Militar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo. Registra-se que os computadores objeto desta contratação classificam-se como bens de qualidade padrão, não se enquadrando como artigos de luxo, em estrita observância ao art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto nº 10.818/2021. As especificações técnicas (processador >8 núcleos, RAM 16GB, SSD 500GB, Windows 11 Pro) correspondem aos padrões usuais de mercado para postos de trabalho administrativos em órgãos públicos federais, sem qualquer elemento de sofisticação ou exclusividade que caracterizasse bem de luxo.

1.5. **O fornecimento de bens é enquadrado como não continuado, com fornecimento parcelado, sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), observado o quantitativo máximo estimado de 12 (doze) conjuntos durante a vigência da ata e a disponibilidade orçamentária do órgão gerenciador.**

1.6. **A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma da legislação aplicável e do edital.**

1.7. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por **contrato administrativo**, observada a vigência própria do ajuste, podendo a execução do fornecimento ocorrer de forma parcelada mediante emissão de **Ordem de Fornecimento de Bens (OFB)**, nos termos deste Termo de Referência, sem prejuízo da vigência própria da garantia contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar/atualizar **12 (doze) postos de trabalho completos**, assegurando desempenho adequado, padronização e continuidade operacional.

2.2. A exigência de Windows 11 Professional com licença definitiva (perpétua/vitalícia) decorre de requisito indispensável: garantir o funcionamento correto do **Token ACDEFESA**, utilizado em autenticação e/ou assinatura digital e acesso a sistemas institucionais. A solução deve, portanto, assegurar compatibilidade, conformidade e continuidade do ambiente.

2.3. A demanda foi definida pelo método por posto de trabalho, sendo:
 $Q = P$, onde $P = 12$ postos a atender/atualizar; $Q = 12$ conjuntos completos.

2.4. **A contratação apresenta alinhamento com os instrumentos de planejamento e governança aplicáveis, conforme segue:**

2.4.1. **Plano de Contratações Anual – PCA:** a demanda guarda alinhamento material com o planejamento anual da unidade, pois a necessidade de reposição e modernização das estações de trabalho do PMGuCas já se encontrava previamente identificada no planejamento administrativo interno, ainda que a efetiva viabilização desta contratação específica tenha dependido de descentralização superveniente de crédito. Assim, a contratação mostra-se compatível, no que couber, com o PCA do exercício.

2.4.2. **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC:** a contratação mostra-se alinhada às diretrizes institucionais de infraestrutura e suporte ao ambiente computacional, por se destinar à disponibilização de estações de trabalho adequadas, padronizadas e compatíveis com as rotinas de TIC, com os sistemas utilizados pela Administração e com a necessidade de autenticação/assinatura digital por meio do Token ACDEFESA.

2.4.3. **Estratégia de Governo Digital:** a contratação está em consonância com a diretriz de ampliação do uso seguro, contínuo e eficiente de serviços e processos digitais no âmbito da Administração Pública, viabilizando o adequado funcionamento de sistemas institucionais, assinaturas eletrônicas, autenticação digital e demais rotinas informatizadas indispensáveis à transformação digital das atividades administrativas.

2.4.4. **Plano de Logística Sustentável – PLS:** a contratação guarda aderência, no que couber, às diretrizes de sustentabilidade administrativa, especialmente quanto à busca por equipamentos mais eficientes, com vida útil compatível, rastreabilidade, redução de falhas e previsão de destinação ambientalmente adequada dos bens substituídos ao final do ciclo de uso, conforme normas internas e legislação aplicável.

2.5. A forma escolhida para atendimento da necessidade é a aquisição de microcomputadores completos, montados e prontos para uso, por apresentar maior aderência ao interesse público no caso concreto. Embora tenha sido considerada, para fins de levantamento comparativo, a possibilidade de aquisição de peças em separado, com ou sem mão de obra de montagem, a Administração concluiu que a solução de conjunto pronto é mais adequada porque concentra a responsabilidade do fornecimento em um único contratado, reduz o risco de incompatibilidades entre componentes, simplifica o recebimento e a fiscalização, favorece a padronização do parque, reduz o tempo de implantação e assegura maior previsibilidade quanto ao funcionamento do conjunto, inclusive no que se refere ao Windows 11 Professional e à compatibilidade com o Token ACDEFESA.

2.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada porque a Administração necessita preservar flexibilidade operacional para emissão de ordens de fornecimento de acordo com a efetiva disponibilidade do crédito descentralizado, com possibilidade de contratação parcelada dentro da vigência da ata, sem obrigatoriedade de aquisição imediata e integral em um único momento. A sistemática também favorece a gestão do recurso, a racionalização procedimental e a contratação sucessiva de quantitativos dentro do limite registrado, caso necessário ao atendimento tempestivo da demanda institucional.

2.7. Não haverá órgãos participantes nesta ata. A opção decorre da necessidade de celeridade administrativa, tendo em vista a existência de prazo limite até **31 de maio de 2026** para utilização de parte do recurso destinado à presente aquisição. A abertura à participação de outros órgãos demandaria IRP mais ampla, consolidação de demandas externas e outras providências administrativas capazes de retardar a conclusão do procedimento, com potencial prejuízo à tempestiva aplicação do crédito no interesse do órgão gerenciador. A ausência de participantes, contudo, não afasta a possibilidade de adesão à ata, se admitida no edital e observados os requisitos legais e regulamentares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1. A solução de TIC consiste no fornecimento de **12 (doze) conjuntos completos**, entregues montados e operacionais, contendo desktop, monitor, teclado, mouse e Windows 11 Pro licenciado de forma definitiva, prontos para uso, com documentação e garantia.

3.2. Especificações técnicas mínimas (conjunto pronto)

Código CATMAT: 630339 – Microcomputador

3.2.1. Processador

- Processador com **gráfico integrado**, novo, com especificação compatível com a descrição catalogada de **núcleos por processador superiores a 8**, ou solução equivalente/superior.
- Suporte pleno e estável ao Windows 11 Professional, com drivers/atualizações do fabricante.
- Será aceita solução superior, mantido o vídeo integrado.

3.2.2. Placa-mãe

- a) Placa-mãe nova, compatível com o processador ofertado e com os demais componentes do conjunto.
- b) Deve assegurar compatibilidade com memória DDR4 e armazenamento NVMe M.2.
- c) Deve possuir suporte estável ao Windows 11 Professional, com drivers oficiais.
- d) Deve permitir rastreabilidade do componente principal, quando aplicável.

3.2.3. Armazenamento

- SSD NVMe M.2, mínimo **500 GB**, novo, sem utilização de disco HDD. Não será aceito M.2 SATA como equivalente.

3.2.4. Memória

- **16 GB DDR4**, mínimo **2400 MHz** (2x8 ou 1x16), nova e compatível.

3.2.5. Fonte

- Fonte com potência mínima de **500W**, certificação **80 Plus Bronze** ou superior, nova, com proteções elétricas usuais.

3.2.6. Gabinete e refrigeração

- Gabinete **slim** ou compatível com a solução ofertada, com ventilação ativa e fluxo de ar adequado à operação estável do conjunto.

3.2.7. Monitor

- Monitor novo, compreendido na faixa de **21 a 29 polegadas**, com exigência mínima de **23,8"**, com conexão compatível e cabos necessários.

3.2.8. Periféricos

- Fornecimento de **teclado e mouse**, compatíveis com o conjunto ofertado.

3.2.9. Sistema Operacional (obrigatório – Token ACDEFESA)

- Windows 11 Professional (versão mais recente disponível no mercado);
- Licença perpétua/vitalícia (não é aceitável licença por assinatura ou tempo limitado);
- Compatibilidade comprovada com Token ACDEFESA para autenticação digital;
- Manuais e documentação técnica em português brasileiro;
- Suporte técnico do fabricante durante o período de garantia.

A licença deve estar em modo definitivo, não se admitindo versões “trial”, “shareware” ou equivalentes.

3.2.10. Garantia

- Garantia mínima de **12 (doze) meses**, ou superior fornecida pelo fabricante, contada na forma prevista neste Termo de Referência.

3.2.11. Condição do bem

- Todos os equipamentos e componentes deverão ser **novos, de primeiro uso, sem recondicionamento**, com identificação e rastreabilidade compatíveis.

3.3. Comprovação técnica (sem amostra)

3.3.1. licitante vencedor deverá encaminhar, quando solicitado, fichas técnicas, manuais ou links oficiais que comprovem o atendimento às especificações, incluindo: compatibilidade do processador e da placa-mãe com o Windows 11, tipo de armazenamento NVMe, certificação 80 Plus, tamanho do monitor e evidência de licenciamento do Windows 11 Pro.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Garantir continuidade operacional e disponibilidade de **12 (doze) postos de trabalho completos**, reduzindo falhas e indisponibilidades decorrentes de obsolescência de equipamentos.

4.1.2. Assegurar ambiente compatível com autenticação e/ou assinatura digital por meio do Token ACDEFESA, exigindo sistema operacional Windows 11 Professional devidamente licenciado em caráter definitivo (licença perpétua/vitalícia).

4.1.3. Promover padronização do parque computacional e aumento de produtividade, com facilitação de suporte, gestão de ativos e redução de custos indiretos de manutenção e tempo de parada.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, à Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações e normativos aplicáveis.

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas pela Contratada, durante o período de garantia, visando à manutenção da disponibilidade dos equipamentos e à correção de eventuais falhas, defeitos ou não conformidades.

4.4.1. As manutenções corretivas compreendem, quando necessário, substituição de peças, ajustes, reparos e correções, bem como logística de transporte, sem ônus para a Contratante, conforme regras de garantia previstas neste Termo de Referência.

Requisitos Temporais

4.5. A entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.5.1. **A entrega ocorrerá em fornecimento parcelado, conforme o quantitativo indicado em cada OFB, com observância das condições de recebimento, testes e inspeção previstas neste Termo de Referência.**

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante e às normas internas aplicáveis, incluindo proteção de dados e integridade do ambiente.

4.6.1. O Windows 11 Professional deverá ser fornecido com licenciamento regular e definitivo (perpétuo/vitalício), sem utilização de versões de avaliação, softwares irregulares ou mecanismos que comprometam a auditabilidade, atualizações e conformidade do ambiente.

4.6.2. O Contratado deverá manter sigilo sobre quaisquer informações eventualmente acessadas durante entrega, instalação, configuração inicial e suporte em garantia, quando aplicável.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1. Eficiência energética mínima por meio de fonte com certificação 80 Plus Bronze (ou superior).

4.7.2. Fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, com maior vida útil e redução de descarte prematuro.

4.7.3. Embalagem e transporte adequados, reduzindo danos e retrabalho logístico.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.8.1. Compatibilidade plena de hardware e drivers com o Windows 11 Professional, incluindo suporte de chipset e drivers oficiais.

4.8.2. Componentes de desempenho mínimo conforme especificações técnicas do item 3.

4.8.3. Interfaces e conectividade compatíveis com o ambiente padrão do posto de trabalho.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.9.1. O fornecimento deverá ser realizado na forma de conjunto completo, montado e operacional, pronto para uso, com integridade física preservada e rastreabilidade por número de série.

4.9.2. O conjunto deve assegurar estabilidade elétrica e térmica, incluindo fonte certificada e gabinete com ventilação ativa.

Requisitos de Implantação

4.10. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.10.1. Entrega dos equipamentos montados e operacionais.

4.10.2. Fornecimento de cabos necessários do monitor e itens essenciais de funcionamento do conjunto.

4.10.3. Disponibilização de evidência de licenciamento/ativação do Windows 11 Professional em caráter definitivo, apto a atualizações.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.11.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.11.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.11.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.11.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.11.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.11.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.11.7. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.11.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.11.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas aceitas, fica o Contratante autorizado a adotar as medidas administrativas cabíveis, incluindo contratação de empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.11.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.11.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no instrumento de contratação, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência principal.

Requisitos de Experiência Profissional

4.12. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.13. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento, pelo Contratado, de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.14.1. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.14.2. O Contratado deverá disponibilizar meios para contato e registro de ocorrências, por canal eletrônico e/ou telefônico, em horário comercial, para fins de tratativas de entrega, recebimento e acionamento de garantia.

4.14.3. O andamento do fornecimento deverá ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais ocorrências e riscos de atraso à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.15.1. Cumprimento das políticas e normas internas do Contratante, quando aplicáveis à execução contratual.

4.15.2. Sigilo sobre informações eventualmente acessadas e não retenção de dados do Contratante.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.16. É obrigatório que o conjunto entregue permita a utilização do Token ACDEFESA em ambiente Windows 11 Professional, garantindo compatibilidade e continuidade das atividades que demandem autenticação e/ou assinatura digital.

Sustentabilidade

4.17. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.17.1. Fonte com certificação 80 Plus Bronze (ou superior), visando eficiência energética.

4.17.2. Equipamentos novos, de primeiro uso, com maior vida útil e menor descarte prematuro.

4.17.3. Embalagem e transporte adequados, reduzindo danos e retrabalho logístico.

Indicação de marcas ou modelos

4.18. Optou-se por não indicar marcas ou modelos, adotando-se requisitos objetivos, suficientes e não restritivos, com aceitação de equivalentes tecnicamente compatíveis;

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do fornecimento

4.19. Não haverá vedação prévia de marcas/produtos, desde que atendam integralmente às especificações técnicas e às condições deste Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.20. Não será exigida carta de solidariedade, conforme diretriz do processo.

Subcontratação

4.21. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.22. Não será exigida apresentação de amostras, considerando a possibilidade de comprovação por documentação técnica do fabricante e verificação por testes/inspeção no recebimento.

Garantia da contratação

4.23. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. Compete à Contratante/Órgão Gerenciador:

- 5.1.1. emitir as Ordens de Fornecimento de Bens, conforme necessidade administrativa e disponibilidade orçamentária;
- 5.1.2. acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento;
- 5.1.3. realizar os recebimentos provisório e definitivo;
- 5.1.4. efetuar o pagamento, observadas as condições deste Termo de Referência;
- 5.1.5. registrar e tratar eventuais ocorrências, não conformidades e infrações;
- 5.1.6. gerir a Ata de Registro de Preços, inclusive quanto a eventuais pedidos de adesão, alterações e cancelamentos, quando cabíveis.

5.2. Compete ao Contratado:

- 5.2.1. fornecer os bens nas quantidades, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e nas OFB emitidas;
- 5.2.2. entregar os equipamentos montados, operacionais, com todos os acessórios e documentação exigidos;
- 5.2.3. comprovar o licenciamento regular e definitivo do Windows 11 Professional;
- 5.2.4. manter as condições de habilitação durante a execução da contratação;
- 5.2.5. prestar garantia, suporte corretivo e substituição de componentes defeituosos, nos termos deste TR;
- 5.2.6. manter canal de comunicação para tratativas de entrega, recebimento e garantia;
- 5.2.7. responder integralmente pela qualidade, compatibilidade e integridade do conjunto fornecido.

5.3. Compete ao gestor e aos fiscais da contratação, no âmbito de suas atribuições:

- 5.3.1. acompanhar o cumprimento das OFB;
- 5.3.2. registrar ocorrências e não conformidades;
- 5.3.3. verificar conformidade técnica, documental e fiscal do objeto;
- 5.3.4. promover os atos necessários ao recebimento, liquidação, pagamento e eventual apuração de responsabilidade.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor da contratação emitirá a Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) para a entrega dos bens demandados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas em cada OFB.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento da contratação

Condições de Entrega

6.4. O fornecimento do objeto será INTEGRAL E IMEDIATO, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), em remessa única, conforme *art. 25, §3º, Lei 14.133/2021*. Não é permitido o fornecimento parcelado ou em múltiplas remessas, salvo por justificativa técnica excepcional aprovada pela Administração.

6.4.1 O fornecimento do objeto será INTEGRAL E IMEDIATO, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), em remessa única, conforme *art. 25, §3º, Lei 14.133/2021*. Não é permitido o fornecimento parcelado ou em múltiplas remessas, salvo por justificativa técnica excepcional aprovada pela Administração.

6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Posto Médico de Guarnição de Campinas, Av. Soldado Passarinho s/n, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP 13070-115.**

Formas de transferência de conhecimento

6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização da contratação

6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização da contratação devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.9. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Fornecimento de Bens;
- II) Ata de Reunião, quando houver;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados, quando aplicável à garantia;
- V) E-mails e cartas.

6.11. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão da Contratação.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, quando cabível.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Fornecimento de bens por OFB; não se mostra necessária reunião inicial formal

Fiscalização

7.8. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico da contratação acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento da contratação todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

7.14. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o encerramento de cada OFB, bem como eventual necessidade de acionamento de garantia, apuração de inadimplemento ou outras providências administrativas cabíveis. (INCLUSÃO – adequação ao objeto e ao SRP)

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento e a formalização de eventuais apostilamentos, registros e atos correlatos.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. Além do disposto acima, a fiscalização obedecerá às seguintes rotinas:

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

Gestor da contratação

7.19. Cabe ao gestor da contratação:

- 7.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução, a exemplo da OFB, do registro de ocorrências, das alterações e dos acionamentos de garantia;
- 7.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e às medidas adotadas;
- 7.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho da despesa e pagamento;
- 7.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos;
- 7.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando cabível;
- 7.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação;
- 7.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

Critérios de Aceitação

- 7.21. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:
- 7.22. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil.
- 7.23. Todos os componentes do equipamento e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptações forçadas, emprego de materiais inadequados ou procedimentos não previstos nas especificações técnicas.
- 7.24. Todos os componentes internos do equipamento deverão estar instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionadas por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade ou funcionamento inadequado.
- 7.25. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e /ou embalagem, quando cabível.
- 7.26. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste.
- 7.27. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial na data da abertura das propostas. Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes e cabos necessários.
- 7.28. Todas as licenças referentes aos softwares e drivers solicitados devem estar registradas para utilização da Contratante, em modo definitivo, legalizado, não sendo admitidas versões “shareware”, “trial” ou equivalentes.
- 7.29. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou de amostra deles no recebimento, atentando para a inclusão nos autos de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação.
- 7.30. Só haverá o recebimento definitivo após a análise da qualidade dos bens fornecidos, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o objeto cuja qualidade esteja em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência, situação em que a empresa será convocada a substituir os bens rejeitados, sem custo adicional.**

Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.32. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.32.1. **conferência das especificações do hardware, do monitor, dos periféricos e da documentação, com verificação de conformidade com este Termo de Referência;**

7.32.2. **verificação de inicialização e estabilidade do sistema, com comprovação de ativação/licenciamento do Windows 11 Professional em modo definitivo;**

7.32.3. **validação, conforme procedimento interno, da compatibilidade de funcionamento do Token ACDEFESA em ambiente Windows 11 Professional, por amostragem ou totalidade, a critério da Contratante.**

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.33. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

7.33.1. Indicador de Atraso de Entrega da OFB – IAE

- a) **Finalidade:** medir o tempo de atraso na entrega dos produtos constantes na OFB.
- b) **Meta a cumprir:** $IAE \leq 0$.
- c) **Instrumento de medição:** OFB e Termo de Recebimento Provisório.
- d) **Forma de acompanhamento:** a avaliação será feita conforme a linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega reconhecida pelo fiscal técnico da data estimada para execução constante da OFB.
- e) **Periodicidade:** para cada OFB encerrada e com recebimento definitivo.
- f) **Mecanismo de cálculo:** $IAE = TEX - TEST$.
- g) **Definições:** TEX = tempo de execução, contado da data de início da OFB até a data da entrega aceita; TEST = tempo estimado constante da OFB.
- h) **Faixas de ajuste no pagamento e sanções:**
 - h.1) $IAE \leq 0$: pagamento integral da OFB;
 - h.2) de 1 a 60 dias de atraso: glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da parcela em atraso;
 - h.3) acima de 60 dias: glosa máxima de 10% sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Prazos de Recebimento Conforme IN SEGES/ME nº 77/2022:

- Recebimento Provisório: até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos bens;
- Recebimento Definitivo: até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório;
- Liquidação da Despesa: até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo e apresentação da Nota Fiscal;
- Pagamento: até 10 (dez) dias úteis após a liquidação.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.0.1. Para fins deste Termo de Referência, as menções a “**contratação**” e a “**contrato**” referem-se ao **contrato administrativo decorrente da Ata de Registro de Preços**, podendo a execução ser operacionalizada por **OFB**, quando cabível.

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

- 8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação;
- 8.2.2. entregar os bens em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, da proposta ou da OFB;
- 8.2.3. incorrer em atraso na entrega, na forma objetivamente aferida pelo IAE.

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução;
- f) praticar ato fraudulento;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando justificarem penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. **Moratória**, para a infração descrita na alínea “d”, de **0,1666% por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10%**, sem prejuízo da glosa prevista no indicador IAE.

8.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 20% a 30% do valor da contratação.

8.4.4.3 Compensatória, para a inexecução total da contratação prevista na alínea “c”, de 20% a 30% do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 10% a 20% do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% a 10% do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 5% a 10% do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

- 8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada, nos termos legais, sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma contratação ou de outras contratações administrativas que o Contratado possua com o mesmo órgão.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.0.1. Para fins deste Termo de Referência, as menções a “contrato” abrangem a Ata de Registro de Preços e os instrumentos equivalentes de contratação (OFB/nota de empenho), quando aplicáveis.

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade pela perfeita execução da contratação.

9.9. As atividades de montagem e quaisquer outras necessárias para o funcionamento do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações enquadradas na hipótese legal específica correspondente, quando cabível.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. **os dados da contratação, da ARP, da OFB/nota de empenho e do órgão contratante;**

9.12.4. o período respectivo de execução;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras.

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas administrativas cabíveis no âmbito da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos equivalentes, inclusive cancelamento, impedimento de contratação e demais providências legalmente cabíveis, assegurada a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto e inexistindo impedimento legal, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelas medidas cabíveis no âmbito da ata e dos instrumentos equivalentes.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observadas as condicionantes legais.

Antecipação de pagamento

9.27. **Não haverá antecipação de pagamento.**

Cessão de Crédito

9.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo próprio ou instrumento administrativo equivalente, quando cabível.

9.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do instrumento de cessão e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário.

9.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente pela execução do objeto, restando incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes aplicáveis ao regime jurídico de direito público.

9.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito regidas por norma específica.

Reajuste / atualização de preços

9.30. Índice de Reajustamento de Preços

Será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada a 10/04/2026, conforme art. 25, §7º, Lei 14.133/2021. O reajuste será aplicado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Fórmula de reajuste:

$$Pr = Po \times (Ir/Io)$$

Onde: Pr = Preço reajustado; Po = Preço original; Ir = Índice na data do reajuste; Io = Índice na data-base (10/04/2026).

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.1.1. **A licitação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsão do edital e legislação aplicável, tendo em vista que o valor estimado do item permanece dentro do limite legal correspondente.**

10.1.2. **Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando a natureza comum e padronizada do objeto, a baixa complexidade da execução, a pronta disponibilidade do produto no mercado e a inexistência de ganho concreto de competitividade ou vantagem administrativa para a Administração com a admissão dessa forma de participação.**

Forma de fornecimento

10.2. **O fornecimento do objeto será parcelado, conforme a emissão de Ordens de Fornecimento de Bens (OFB) pelo órgão gerenciador, observado o quantitativo total estimado registrado em ata, a vigência da ARP e a disponibilidade orçamentária.**

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial competente;

10.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a regulamentação aplicável;

10.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da legislação aplicável;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, na forma da legislação aplicável.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

10.24. **não será exigido atestado de capacidade técnica, por se tratar de bem comum de pronta entrega, cuja conformidade será verificada por especificações objetivas, documentação técnica do fabricante e testes/inspeção no recebimento, evitando restrição indevida à competitividade**

Disposições gerais sobre habilitação

10.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos da legislação aplicável, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 75.567,60** (setenta e cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. **serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade, mediante aplicação do IPCA /IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade; (INCLUSÃO – definição do índice para bens, em substituição ao ICTI de serviços)**

11.2.4. poderão ser revistos, a pedido do interessado, conforme critérios definidos na legislação e na Ata de Registro de Preços.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 12.2. A indicação da dotação orçamentária específica constará decorrente da Ata de Registro de Preços e da respectiva Nota de Empenho.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 13.2. O presente Termo de Referência foi elaborado com base no modelo aprovado pela Secretaria de Governo Digital, com as adaptações necessárias ao caso concreto, devidamente destacadas no texto.
- 13.3. A contratação observa os critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e as diretrizes do PLS, especialmente quanto à eficiência energética, vida útil, rastreabilidade e destinação ambientalmente adequada dos bens substituídos.
- 13.4. O presente Termo de Referência guarda coerência com o ETP, com a Pesquisa de Preços nº 113/2026, com a Matriz de Riscos e com a minuta de edital e da ata de registro de preços, devendo ser lido em conjunto com esses artefatos do processo.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Evento 1 – Emissão da OFB	0 (zero) dia após a emissão da OFB	R\$ 0,00
Evento 2 – Entrega dos bens	até 30 (trinta) dias após a emissão da OFB	Conforme OFB
Evento 3 – Recebimento definitivo	até 10 (dez) dias úteis após a entrega e verificação	Conforme OFB
Evento 4 – Liquidação	até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal ou instrumento equivalente	R\$ 0,00
Evento 5 – Pagamento	até 10 (dez) dias úteis após a finalização da liquidação	Conforme OFB

13.5. Instrumento Substitutivo do Contrato

A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será formalizada através de Contrato Administrativo, contemplando cláusulas de sanções proporcionais, critérios de aceitação específicos para computadores, obrigações de garantia técnica e o Termo de Ciência e Concordância conforme modelo AGU (nov/2024).

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BARBARA GOMES LIMA
CH LAC PMGu

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA

Estudo Técnico Preliminar 3/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64306.002321/2026-34

2. Descrição da necessidade**2.1. Objeto do estudo**

Aquisição, por Sistema de Registro de Preços, de 12 (doze) microcomputadores completos (conjuntos prontos/montados), cada conjunto composto por computador desktop, monitor e sistema operacional Windows 11 Professional com licença perpétua /vitalícia. A contratação proposta visa atender à necessidade do PMGuCas de dispor de infraestrutura computacional atualizada e compatível com as rotinas administrativas e operacionais, considerando que equipamentos defasados tendem a apresentar queda de desempenho, maior incidência de falhas e indisponibilidades, impactando diretamente a continuidade dos serviços, a produtividade e a confiabilidade do processamento de dados.

(a) Qual o problema que se pretende resolver?

A obsolescência tecnológica dos 12 postos de trabalho do PMGuCas, caracterizada por equipamentos com desempenho degradado, incompatibilidade com o Token ACDEFESA (que exige Windows 11 Pro) e risco de interrupções nas atividades administrativas e operacionais. [INCLUSÃO – Parecer AGU itens 51-53]

(b) Quais são os atores interessados na solução?

Servidores e colaboradores do PMGuCas (12 usuários diretos), gestores administrativos, setor de TI responsável pelo suporte, e a Administração como um todo, que depende da continuidade dos serviços.[INCLUSÃO – Parecer AGU itens 51-53]

(c) Há interesse público a ser atendido?

SIM. O interesse público reside na garantia de continuidade operacional, conformidade com sistemas institucionais de autenticação digital (Token ACDEFESA), redução de custos indiretos com manutenção emergencial e melhoria da eficiência administrativa. [INCLUSÃO – Parecer AGU itens 51-53]

(d) Quais serão os benefícios e resultados?

Continuidade e confiabilidade das atividades administrativas; redução de tempo de parada; melhora de produtividade; adequação tecnológica para uso seguro do Token ACDEFESA; padronização do ambiente computacional.[INCLUSÃO – Parecer AGU itens 51-53]

2.2. Necessidade operacional específica

Além disso, existe necessidade operacional específica e indispensável: o ambiente de trabalho deve ser compatível com o Token ACDEFESA, utilizado para autenticação e/ou assinatura digital em acessos a sistemas institucionais. Para que esse token opere corretamente, é exigido o uso do sistema operacional Windows 11 Professional, com licenciamento regular e definitivo.

2.3. Justificativa geral

Assim, a contratação se justifica como resposta à obsolescência tecnológica e ao risco de interrupções nas atividades administrativas, bem como como medida de padronização e modernização dos postos de trabalho da Administração.

A solução de aquisição de computadores completos (conjunto pronto) foi escolhida após análise comparativa de alternativas (Item 8-10 do ETP), tendo sido descartadas: [DESTAQUE – Parecer AGU item 74-75]

- Aquisição de componentes em separado (maior risco de incompatibilidade e fragmentação de responsabilidades)

- Notebooks (custo adicional desnecessário por mobilidade não requisitada)
- Upgrade de parque existente (risco de custo incremental e vida útil residual limitada)
- Locação/DaaS (custo recorrente superior ao horizonte de 5 anos)

A escolha é tecnicamente justificada por concentrar responsabilidade em um único fornecedor, garantir compatibilidade integral com o Token ACDEFESA (Windows 11 Pro licenciado) e reduzir custos indiretos de implantação e gestão. [DESTAQUE – Parecer AGU item 74-75]

2.4. Resultados pretendidos

São resultados pretendidos com a contratação:

- 2.4.1. continuidade e confiabilidade das atividades administrativas e de gestão;
- 2.4.2. redução de tempo de parada e de custos indiretos com manutenção corretiva ou substituições emergenciais;
- 2.4.3. melhora da eficiência operacional e da produtividade dos usuários;
- 2.4.4. adequação tecnológica para uso seguro, regular e contínuo do Token ACDEFESA e de sistemas institucionais;
- 2.4.5. padronização do ambiente computacional, facilitando gestão, suporte e reposição.

2.5. Forma escolhida para atendimento da necessidade

A forma escolhida para atendimento da necessidade é a aquisição de microcomputadores completos, montados e prontos para uso, por apresentar maior aderência ao interesse público no caso concreto. Embora tenha sido considerada, para fins de levantamento comparativo, a possibilidade de aquisição de peças em separado, com ou sem mão de obra de montagem, a Administração concluiu que a solução de conjunto pronto é mais adequada porque concentra a responsabilidade do fornecimento em um único contratado, reduz o risco de incompatibilidades entre componentes, simplifica o recebimento e a fiscalização, favorece a padronização do parque, reduz o tempo de implantação e assegura maior previsibilidade quanto ao funcionamento do conjunto, inclusive no que se refere ao Windows 11 Professional e à compatibilidade com o Token ACDEFESA. (Atendimento à Lista de Verificação AGU /SET 2024 – itens 50, 51 e 56)

2.6. Adoção do Sistema de Registro de Preços

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada porque a Administração necessita preservar flexibilidade operacional para emissão de ordens de fornecimento de acordo com a efetiva disponibilidade do crédito descentralizado, com possibilidade de contratação parcelada dentro da vigência da ata, sem obrigatoriedade de aquisição imediata e integral em um único momento. A sistemática também favorece a gestão do recurso, a racionalização procedimental e a contratação sucessiva de quantitativos dentro do limite registrado, caso necessário ao atendimento tempestivo da demanda institucional.

2.7. Ausência de órgãos participantes

Não haverá órgãos participantes nesta ata. A opção decorre da necessidade de celeridade administrativa, tendo em vista a existência de prazo limite até 31 de maio de 2026 para utilização de parte do recurso destinado à presente aquisição. A abertura à participação de outros órgãos demandaria IRP mais ampla, consolidação de demandas externas e outras providências administrativas capazes de retardar a conclusão do procedimento, com potencial prejuízo à tempestiva aplicação do crédito no interesse do órgão gerenciador. A ausência de participantes, contudo, não afasta a possibilidade de adesão à ata, se admitida no edital e observados os requisitos legais e regulamentares.

2.8. Alinhamento com instrumentos de planejamento e governança

A contratação apresenta alinhamento com os instrumentos de planejamento e governança aplicáveis, na forma a seguir descrita: (INCLUSÃO – atendimento expresse à recomendação da AGU quanto ao registro do alinhamento com instrumentos de planejamento)

2.8.1. Plano de Contratações Anual – PCA

A demanda de atualização/modernização de 12 postos de trabalho do PMGuCas encontra-se alinhada com o planejamento administrativo interno da unidade, conforme identificado no âmbito do Planejamento Estratégico e Operacional (PASSEX) do PMGuCas. Embora a efetiva disponibilidade orçamentária tenha dependido de descentralização superveniente de crédito (em 2026), a necessidade técnica foi previamente mapeada no planejamento anual. (INCLUSÃO – explicitação do vínculo com o PCA; Parecer AGU itens 54-56)

2.8.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC

A contratação mostra-se alinhada às diretrizes de infraestrutura e suporte ao ambiente computacional institucional, por se destinar à disponibilização de estações de trabalho adequadas, padronizadas e compatíveis com as rotinas de TIC, com os sistemas utilizados e com a necessidade de autenticação/assinatura digital por meio do Token ACDEFESA. (INCLUSÃO – explicitação do vínculo com o PDTIC)

2.8.3. Estratégia de Governo Digital

A contratação está em consonância com a diretriz de ampliação do uso seguro, contínuo e eficiente de serviços e processos digitais no âmbito da Administração Pública, uma vez que viabiliza o adequado funcionamento de sistemas institucionais, assinaturas eletrônicas, autenticação digital e demais rotinas informatizadas indispensáveis à transformação digital das atividades administrativas. (INCLUSÃO – explicitação do vínculo com a Estratégia de Governo Digital)

2.8.4. Plano de Logística Sustentável – PLS

A contratação também guarda aderência, no que couber, às diretrizes de sustentabilidade administrativa, especialmente quanto à busca por equipamentos mais eficientes, adequados ao uso institucional, com vida útil compatível, possibilidade de rastreabilidade, redução de falhas e previsão de destinação ambientalmente adequada dos bens substituídos ao final do ciclo de uso, conforme normas internas e legislação aplicável. (INCLUSÃO – explicitação do vínculo com o PLS)

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PMGuCas	Cap Bárbara Lima

4. Necessidades de Negócio

- 4.1. Garantir continuidade operacional e disponibilidade do posto de trabalho. Prover meios para que as atividades administrativas e operacionais ocorram sem interrupções por falhas, lentidão ou indisponibilidade de equipamento, preservando a continuidade do serviço.
- 4.2. Assegurar autenticação/assinatura digital em sistemas institucionais (Token ACDEFESA). Prover capacidade de uso regular e contínuo de mecanismos de autenticação e/ou assinatura digital, essenciais para acesso a sistemas e tramitações internas, incluindo o funcionamento adequado do Token ACDEFESA.
- 4.3. Elevar produtividade e eficiência do processamento de informações. Prover desempenho suficiente para execução fluida das rotinas de trabalho (documentos, planilhas, sistemas corporativos, navegação), reduzindo tempo de resposta e retrabalho.
- 4.4. Reduzir riscos e custos indiretos associados à obsolescência. Prover confiabilidade e previsibilidade operacional, reduzindo incidentes, demandas corretivas e custos indiretos com manutenção, substituições emergenciais e tempo de parada.
- 4.5. Padronizar o ambiente de trabalho e facilitar suporte/gestão. Prover um ambiente de trabalho padronizado e suportável, facilitando a gestão do ativo, o suporte técnico e a reposição/manutenção dentro de práticas administrativas regulares.
- 4.6. Entregar melhor qualidade ao usuário final e condições adequadas de trabalho. Prover condições adequadas de uso (ergonomia e visualização com monitor compatível), contribuindo para execução segura e eficiente das atividades, com melhor experiência ao usuário final.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1 Requisitos técnicos mínimos:

- Processador com gráfico integrado, com especificação compatível com a descrição catalogada de núcleos por processador superiores a 8, ou solução equivalente/superior;
- Placa-mãe compatível com o processador ofertado e com os demais componentes do conjunto, assegurada a regular compatibilidade técnica e a garantia do fabricante;
- Armazenamento: SSD NVMe M.2 mínimo 500 GB, sem utilização de disco HDD;
- Memória: 16 GB DDR4, frequência mínima 2400 MHz (2x8 ou 1x16);
- Fonte: mínimo 500W, 80 Plus Bronze ou superior;
- Gabinete: tipo slim ou compatível com a solução ofertada, com ventilação ativa;
- Monitor: compreendido na faixa de 21 a 29 polegadas, com exigência mínima de 23,8”;
- Sistema Operacional: Windows 11 Professional – licença vitalícia;
- Fornecimento de teclado e mouse;

A solução deve ser compatível com o ecossistema tecnológico institucional (rede local, periféricos padrão, rotinas administrativas e ferramentas usuais), permitindo implantação sem adaptações excepcionais e favorecendo padronização e facilidade de suporte.

5.2 Sistema operacional obrigatório por requisito institucional (Token ACDEFESA)

A solução deve prover ambiente plenamente compatível com o Token ACDEFESA, utilizado em atividades que exigem autenticação e/ou assinatura digital e acesso a sistemas institucionais. Assim, é indispensável que o equipamento seja fornecido com Windows 11 Professional, com licenciamento regular e definitivo (licença perpétua/vitalícia), garantindo continuidade, conformidade e auditabilidade do posto de trabalho.

5.3 Compatibilidade de drivers/chipset e estabilidade no Windows 11 Pro

A solução deve assegurar compatibilidade e estabilidade no Windows 11 Pro, com suporte de drivers e chipset, reduzindo risco de falhas, indisponibilidade e incompatibilidades que comprometam o uso institucional.

Como isso se traduz na configuração mínima:

- Placa-mãe compatível com o processador ofertado e com os demais componentes do conjunto;
- Suporte oficial e estável para Windows 11;
- Compatibilidade com NVMe M.2 e DDR4;
- Garantia e rastreabilidade dos componentes principais.

Observação: eventuais referências técnicas têm por finalidade indicar patamar mínimo de desempenho, suporte e confiabilidade, admitindo-se equivalentes que comprovem atendimento integral aos requisitos, sem direcionamento indevido. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – itens 50 e 53)

5.4 Desempenho mínimo para produtividade e continuidade operacional

A solução deve apresentar desempenho suficiente para execução fluida de multitarefas e rotinas administrativas (sistemas corporativos, navegação, documentos/planilhas), preservando produtividade e evitando gargalos que gerem paradas/retrabalho.

Como isso se traduz na configuração mínima:

- Processador com gráfico integrado, com especificação compatível com a descrição catalogada de núcleos por processador superiores a 8, ou solução equivalente/superior;
- Memória RAM 16GB DDR4 (mín. 2400 MHz), para reduzir travamentos/paginação e manter desempenho constante;
- SSD NVMe M.2 \geq 500GB, para alta responsividade, inicialização rápida e carregamento eficiente de aplicações, reduzindo indisponibilidade operacional.

5.5 Segurança da informação e conformidade do ambiente

A solução deve permitir aplicação das boas práticas de segurança do órgão (atualizações, integridade do sistema e conformidade de licenças), vedando software irregular e garantindo uso auditável.

Como isso se traduz na configuração mínima:

- Windows 11 Pro com licença definitiva/perpétua, com comprovação de licenciamento e aptidão a atualizações;
- Componentes compatíveis e suportados (drivers oficiais), reduzindo vulnerabilidades por incompatibilidade.

5.6 Estabilidade elétrica e eficiência energética

A solução deve operar com estabilidade elétrica e eficiência energética, reduzindo risco de falhas, garantindo confiabilidade do conjunto e promovendo economicidade.

Como isso se traduz na configuração mínima:

- Fonte $\geq 500W$, com certificação 80 Plus Bronze ou superior, garantindo eficiência e estabilidade do fornecimento de energia ao conjunto.

5.7 Estabilidade térmica e durabilidade do equipamento

A solução deve manter estabilidade térmica para preservar desempenho e aumentar vida útil, reduzindo falhas por superaquecimento e interrupções por desligamentos/limitação térmica.

Como isso se traduz na configuração mínima:

- Gabinete compatível com ventilação ativa e fluxo de ar adequado, capaz de manter operação estável dos componentes em uso contínuo.

5.8 Gestão do ativo, rastreabilidade e garantia

A solução deve permitir gestão do ativo (identificação, rastreabilidade e documentação), facilitar manutenção/substituição e reduzir tempo de parada com garantia compatível.

Como isso se traduz na configuração mínima:

- Equipamento e componentes novos, de primeiro uso, com número de série e documentação;
- Garantia mínima de 12 meses, ou superior oferecida pelo fabricante, a ser detalhada no TR (prazos/acionamento), apoiando continuidade e economicidade.

5.9 Ergonomia e produtividade do posto de trabalho

A solução deve prover condições adequadas de visualização e produtividade em posto de trabalho, reduzindo erros e retrabalho.

Como isso se traduz na configuração mínima:

- Monitor mínimo 23,8", compatível com o equipamento ofertado e adequado para uso contínuo.

5.10 Competitividade e economicidade

As necessidades tecnológicas devem ser atendidas por requisitos objetivos e suficientes, com aceitação de equivalentes que comprovem atendimento integral, preservando competitividade e evitando restrição indevida.

Como isso se traduz na configuração mínima:

Uso de parâmetros mínimos de desempenho/qualidade, com aceitação de equivalentes mediante comprovação técnica (fichas /manuais/links oficiais), garantindo qualidade sem direcionamento. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – itens 50 e 54)

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1 Requisitos Internos Funcionais

6.1.1. Operação das rotinas administrativas e sistemas institucionais: o equipamento deve permitir uso eficiente de aplicações de escritório, navegação e sistemas corporativos usuais, com desempenho compatível com os requisitos mínimos definidos.

6.1.2. Uso obrigatório do Windows 11 Pro por requisito operacional (Token ACDEFESA): o equipamento deve ser fornecido com Windows 11 Professional, com licença perpétua/vitalícia, por ser o sistema operacional necessário para funcionamento correto do Token ACDEFESA, utilizado em atividades que demandam autenticação/assinatura digital e acesso a sistemas institucionais.

6.1.3. Compatibilidade com periféricos e conectividade padrão do posto de trabalho: suporte a teclado, mouse, rede e demais periféricos usuais, garantindo uso imediato.

6.1.4. Monitor para produtividade e ergonomia: fornecimento de monitor $\geq 23,8''$, compatível com o computador ofertado, permitindo operação contínua em posto de trabalho.

6.2 Requisitos Internos Não Funcionais

6.2.1. Compatibilidade técnica e suporte de drivers/chipset no Windows 11: todos os componentes principais devem possuir drivers compatíveis e estáveis para Windows 11 Pro, assegurando confiabilidade e reduzindo indisponibilidade.

6.2.2. Confiabilidade, integridade e estabilidade do conjunto: o equipamento deve ser novo e de primeiro uso, sem recondição, com identificação/rastreabilidade (número de série), e sem avarias, assegurando vida útil e estabilidade operacional.

6.2.3. Desempenho mínimo garantido: atendimento aos requisitos mínimos de hardware (processamento, RAM e NVMe), além de fonte certificada e ventilação adequada, para estabilidade térmica e prevenção de falhas.

6.2.4. Garantia e suporte: necessidade de garantia legal e garantia contratual mínima de 12 meses, com regras de acionamento e prazos definidos no TR, reduzindo custos indiretos e tempo de parada.

6.2.5. Eficiência energética e sustentabilidade: exigência de fonte com certificação 80 Plus Bronze (ou superior), contribuindo para economicidade e boas práticas ambientais.

6.2.6. Padronização sem direcionamento indevido: requisitos devem ser claros e suficientes, admitindo equivalentes e evitando restrições que comprometam a competitividade, preservando economicidade.

6.3 Requisitos Externos

6.3.1. Conformidade com a Lei nº 14.133/2021: atendimento às regras e princípios da contratação pública (planejamento, motivação, estimativa de preços, julgamento objetivo, gestão e fiscalização).

6.3.2. Normativos aplicáveis a contratações de TIC (quando cabível): observância das diretrizes de planejamento /contratação e governança de TIC definidas em normativos do Governo Federal e do órgão.

6.3.3. Pesquisa de preços e conformidade do orçamento: estimativa baseada em pesquisa idônea e documentada, com memórias de cálculo e fontes, conforme regras aplicáveis.

6.3.4. Regras de habilitação/qualificação: exigências de habilitação e qualificação técnica devem ser proporcionais ao objeto (bem comum), evitando requisitos restritivos desnecessários.

6.3.5. Compatibilidade com o planejamento institucional: a contratação deve guardar coerência com a demanda previamente identificada no planejamento interno da unidade e com a disponibilização superveniente do crédito específico.

6.3.6. Alinhamento com diretrizes de transformação e governo digital: a solução deve viabilizar o uso seguro e contínuo de sistemas institucionais, autenticação e assinatura digital, contribuindo para a digitalização dos processos de trabalho.

6.3.7. Alinhamento com a sustentabilidade administrativa: a solução deve observar, no que couber, critérios de eficiência energética, vida útil adequada, rastreabilidade e descarte ambientalmente adequado ao final do ciclo de uso. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – itens 7, 30, 31, 34 e 35)

6.3.8. Alinhamento com o Plano de Contratações Anual – PCA: a solução deverá guardar coerência com a demanda previamente identificada no planejamento anual da unidade, ainda que a viabilização orçamentária da contratação específica decorra de descentralização superveniente de crédito. (INCLUSÃO – atendimento expresso à recomendação da AGU)

6.3.9. Alinhamento com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC: a solução deverá observar, no que couber, as diretrizes institucionais de infraestrutura, padronização, disponibilidade e suporte do ambiente de TIC, em especial quanto à disponibilização de estações de trabalho adequadas ao uso administrativo e institucional. (INCLUSÃO – atendimento expresso à recomendação da AGU)

6.3.10. Alinhamento com a Estratégia de Governo Digital: a solução deverá contribuir para o uso seguro e contínuo de sistemas institucionais, autenticação e assinatura digital, fortalecendo a execução de processos eletrônicos e a digitalização das rotinas de trabalho. (INCLUSÃO – atendimento expresso à recomendação da AGU)

6.3.11. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável – PLS: a solução deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade, eficiência energética, durabilidade, rastreabilidade e destinação ambientalmente adequada dos bens ao final do ciclo de vida. (INCLUSÃO – atendimento expresso à recomendação da AGU)

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1 Quantitativo estimado

A demanda estimada é de 12 (doze) computadores completos, entendidos como 12 (doze) conjuntos prontos para uso, cada um composto por desktop + monitor + Windows 11 Professional (licença perpétua/vitalícia), compatíveis com o uso do Token ACDEFESA.

Não há contratação de serviço contínuo. As atividades necessárias para disponibilização do conjunto, quando cabíveis ao fornecimento, constituem obrigações acessórias do contratado e devem estar incluídas no preço do conjunto, sem descaracterização do objeto principal como aquisição de bem.

7.2 Metodologia adotada para estimativa do quantitativo (memorial de cálculo)

Foi utilizado o método de dimensionamento por posto de trabalho, apropriado quando a demanda corresponde ao número de estações completas necessárias para atender usuários/setores.

Fórmula aplicada:

- $Q = P$, onde:
- Q = quantidade total a contratar (conjuntos completos);
- P = número de postos de trabalho a atender/atualizar.

Apuração:

Foram identificados 12 (doze) postos de trabalho que demandam estação completa compatível com o padrão institucional e com o uso do Token ACDEFESA, conforme levantamento realizado junto ao setor requisitante (PMGuCas).

Logo: $P = 12$

$Q = 12$ conjuntos completos. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – item 49)

Justificativa: O quantitativo é necessário e suficiente, correspondendo exatamente aos 12 postos a serem atendidos/atualizados, evitando aquisição acima da necessidade e garantindo economicidade. (Parecer AGU itens 89-93 – Exigência de memória de cálculo expressa, com documentação de suporte; vedação de estimativas genéricas)

7.3 Metodologia adotada para estimativa do custo do conjunto pronto (memorial de cálculo do preço)

A estimativa de custo foi obtida por pesquisa de preços aderente ao objeto final da contratação, isto é, microcomputador completo montado, com base no item CATMAT 630339 – Microcomputador, conforme Pesquisa de Preços nº 113/2026.

Foram obtidas 16 (dezesesseis) cotações unitárias em período de 12 meses, das quais 8 (oito) compuseram a cesta válida e 8 (oito) foram desconsideradas, sendo 6 (seis) por indício de inexequibilidade e/ou baixa aderência material ao objeto final pretendido e 2 (duas) por preço excessivo.

O método estatístico adotado foi a mediana, por representar com maior estabilidade o comportamento central da amostra válida e reduzir a influência de valores extremos.

Aplicando o método:

- Valor unitário estimado (mediana): R\$ 6.297,30;
- Quantidade: 12 conjuntos;
- Valor total estimado: R\$ 75.567,60.

Registra-se, ainda, que a Administração realizou anteriormente levantamento exploratório de preços por componentes, com finalidade meramente subsidiária de análise de plausibilidade econômica, sem que tal levantamento sirva como base final da estimativa. A base oficial do preço estimado passa a ser a Pesquisa nº 113/2026, aderente ao objeto efetivamente licitado. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – itens 30, 31, 32, 33, 34 e 35)

7.4 Justificativa do quantitativo e adequação à economicidade

O quantitativo de 12 (doze) conjuntos completos é necessário e suficiente, pois corresponde aos 12 postos a serem atendidos/atualizados, evitando aquisição acima da necessidade. A utilização de pesquisa aderente ao objeto final, com método de mediana e memória de cálculo expressa, reforça a transparência, a economicidade e a consistência técnica do valor de referência. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – itens 49 e 31)

8. Levantamento de soluções

Foram levantadas soluções para atender à necessidade de atualização/implementação de 12 postos de trabalho completos, garantindo desempenho adequado e compatibilidade com o Token ACDEFESA, que requer ambiente Windows 11 Pro regularmente licenciado.

8.1 Soluções/Cenários identificados

- Cenário 1 (preferencial): aquisição de 12 microcomputadores completos (conjunto montado e pronto para uso), com monitor e Windows 11 Professional (licença perpétua/vitalícia).
- Cenário 2: aquisição separada dos componentes de hardware e demais itens do conjunto, com montagem, instalação e integração realizadas internamente pela Administração.
- Cenário 3: aquisição separada dos componentes de hardware e demais itens do conjunto, com contratação da mão de obra de montagem/integração.
- Cenário 4: notebooks + monitor externo + Windows 11 Pro.
- Cenário 5: upgrade de equipamentos existentes (RAM/SSD/placa-mãe/processador e demais adequações) para atendimento do desempenho mínimo e do Windows 11.
- Cenário 6: contratação como serviço (locação/DaaS), com pagamento recorrente e métricas/SLA.

8.2 Justificativa da escolha do Cenário 1

Conforme orientação da IN SEGES/ME nº 58/2022 (art. 12), foi realizada consulta ao Sistema ETP Digital para identificação de soluções similares já contratadas por outras unidades da Administração Pública Federal. A pesquisa confirmou que a solução de aquisição de computadores completos (conjunto pronto) é prática consolidada em contratações de TIC, com boa relação custo-benefício e menor risco técnico. (ANOTAÇÃO: Parecer AGU item 76 – Recomendação de consulta ao Sistema ETP Digital para identificação de soluções similares)

O Cenário 1 foi selecionado por apresentar maior aderência à necessidade e melhor relação custo-benefício, considerando que:

- Atende integralmente ao requisito crítico do Token ACDEFESA, ao garantir fornecimento do Windows 11 Pro com licença definitiva/perpétua, reduzindo risco de incompatibilidade, irregularidade de licenças e interrupções operacionais;
- É a alternativa de menor complexidade de implantação e gestão, pois o fornecedor entrega o conjunto montado e operacional, facilitando recebimento, testes e padronização do parque;
- Possui maior previsibilidade técnica e econômica do que a aquisição por peças em separado, com ou sem mão de obra de montagem, pois concentra em um único contratado a responsabilidade pela compatibilidade do conjunto, pela integridade da entrega e pela garantia do bem fornecido;
- Embora a aquisição de peças em separado tenha sido considerada no estudo, não se mostrou mais vantajosa no caso concreto, uma vez que pressuporia disponibilidade de tempo, coordenação e responsabilização técnica adicionais para montagem, testes e integração, além de potencial fragmentação de responsabilidades e maior risco de incompatibilidade entre componentes;

- Evita custo adicional por mobilidade desnecessária (cenário 4) e reduz riscos operacionais e de resultado incerto em comparação com upgrade do parque existente (cenário 5);
- Em comparação à locação/DaaS (cenário 6), a compra é mais adequada à demanda atual, com menor complexidade contratual e de fiscalização.

Assim, o Cenário 1 é o que melhor equilibra continuidade do serviço, padronização, segurança/conformidade (Windows 11 Pro para ACDEFESA) e economicidade para a Administração. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – item 56)

8.3 Pesquisa no Sistema ETP Digital

Conforme orientação da IN SEGES/ME nº 58/2022 (art. 12), foi realizada consulta ao Sistema ETP Digital para identificação de soluções similares já contratadas por outras unidades da Administração Pública Federal. A pesquisa confirmou que a solução de aquisição de computadores completos (conjunto pronto) é prática consolidada em contratações de TIC, com boa relação custo-benefício e menor risco técnico. (INCLUSÃO – Parecer AGU item 76)

9. Análise comparativa de soluções

9.1 Soluções analisadas

- S1: Compra de 12 microcomputadores completos (conjunto montado e pronto para uso) + monitor + Windows 11 Pro (licença perpétua/vitalícia).
- S2: Aquisição de componentes em separado + montagem interna pela Administração.
- S3: Aquisição de componentes em separado + contratação de mão de obra de montagem/integração.
- S4: Notebooks + monitor externo + Windows 11 Pro.
- S5: Upgrade do parque existente para atender desempenho e Windows 11.
- S6: Locação/DaaS (estações como serviço com pagamento recorrente e SLA).

9.2 Premissas e escala de avaliação

Escala de notas (1 a 5): 1 = muito ruim | 2 = ruim | 3 = regular | 4 = bom | 5 = excelente.

Pontuação ponderada: Nota × Peso.

Os pesos refletem a relevância para os objetivos da contratação, com ênfase no requisito crítico do Token ACDEFESA (Windows 11 Pro) e na continuidade/padronização.

9.3 Matriz comparativa ponderada (qualitativa + impacto econômico/TCO)

Pesos por dimensão (total = 100):

- Aderência ao requisito crítico (Token ACDEFESA / Win11 Pro licenciado) – 25
- Padronização e facilidade de suporte/manutenção – 15
- Previsibilidade do TCO (custos diretos + indiretos) – 15
- Risco técnico (incompatibilidade / instabilidade) – 15
- Rapidez de implantação – 10
- Complexidade de gestão contratual/administrativa – 10
- Economicidade para demanda definida (12 postos) – 10

Observação: nas dimensões “Risco” e “Complexidade”, nota 5 significa menor risco/menor complexidade.

Tabela de notas (1 a 5)

Dimensão (peso)	S1 – Conjunto pronto	S2 – Componentes + montagem interna	S3 – Componentes + montagem contratada	S4 – Notebook + monitor	S5 – Upgrade	S6 – Locação /DaaS
1) Aderência ao requisito crítico (25)	5	3	4	5	2	5

2) Padronização e facilidade de suporte/manutenção (15)	5	2	3	3	2	4
3) Previsibilidade do TCO (15)	5	2	3	3	2	3
4) Menor risco técnico (15)	5	2	3	3	2	4
5) Rapidez de implantação (10)	5	2	3	3	2	3
6) Menor complexidade de gestão (10)	5	2	2	4	3	2
7) Economicidade para demanda definida (12 postos) (10)	5	3	3	2	3	2

Cálculo da pontuação ponderada (Nota × Peso)

Dimensão (peso)	S1 – Conjunto pronto	S2 – Componentes + montagem interna	S3 – Componentes + montagem contratada	S4 – Notebook + monitor	S5 – Upgrade	S6 – Locação /DaaS
1) Aderência ao requisito crítico (25)	5×25 = 125	3×25 = 75	4×25 = 100	5×25 = 125	2×25 = 50	5×25 = 125
2) Padronização e facilidade de suporte/manutenção (15)	5×15 = 75	2×15 = 30	3×15 = 45	3×15 = 45	2×15 = 30	4×15 = 60
3) Previsibilidade do TCO (15)	5×15 = 75	2×15 = 30	3×15 = 45	3×15 = 45	2×15 = 30	3×15 = 45
4) Menor risco técnico (15)	5×15 = 75	2×15 = 30	3×15 = 45	3×15 = 45	2×15 = 30	4×15 = 60
5) Rapidez de implantação (10)	5×10 = 50	2×10 = 20	3×10 = 30	3×10 = 30	2×10 = 20	3×10 = 30
6) Menor complexidade de gestão (10)	5×10 = 50	2×10 = 20	2×10 = 20	4×10 = 40	3×10 = 30	2×10 = 20
7) Economicidade para demanda definida (12 postos) (10)	5×10 = 50	3×10 = 30	3×10 = 30	2×10 = 20	3×10 = 30	2×10 = 20
TOTAL (máx. 500)	500	235	315	350	220	360

9.4 Interpretação do resultado e conclusão

A matriz ponderada indica que a solução **S1** obteve a **maior pontuação (500/500)** por maximizar os fatores críticos da contratação:

- **Atende integralmente** o requisito essencial de funcionamento do **Token ACDEFESA**, com **Windows 11 Pro licenciado de forma definitiva** (reduz risco de indisponibilidade por incompatibilidade/licenciamento).
- Garante **padronização, maior facilidade de suporte e menor risco técnico**, por ser conjunto pronto e compatível com o ambiente institucional.
- Apresenta **maior previsibilidade de TCO e maior economicidade** para uma demanda definida (12 postos), com menor complexidade contratual/administrativa do que locação/DaaS.
- Evita a fragmentação de responsabilidades observável nos cenários de aquisição por componentes;
- Possui menor complexidade contratual e administrativa do que locação/DaaS.

Conclusão: recomenda-se a adoção da **S1 – aquisição de 12 conjuntos prontos (desktop + monitor + Windows 11 Pro vitalício)** como a alternativa mais adequada para atingir os objetivos da contratação com economicidade e menor risco. **(Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – item 56)**

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1 Solução S2 – Aquisição de componentes em separado com montagem interna pela Administração

- Descrição: aquisição segregada dos componentes necessários à formação do conjunto, com montagem, integração e testes realizados internamente.
- Justificativa de inviabilidade: embora teoricamente possível, a solução transfere à Administração atividades adicionais de integração, montagem, validação e responsabilização técnica do conjunto, aumenta o risco de incompatibilidades entre peças, dificulta a centralização da garantia e tende a ampliar o tempo de implantação e a complexidade do recebimento. No caso concreto, não se mostrou mais vantajosa que a aquisição do conjunto pronto.

10.2 Solução S3 – Aquisição de componentes em separado com contratação da mão de obra de montagem/integração

- Descrição: aquisição segregada de hardware, com contratação adicional da montagem/integração.
- Justificativa de inviabilidade: a solução fragmenta responsabilidades entre fornecedores e/ou contratos, amplia o esforço administrativo e fiscalizatório, aumenta o risco de controvérsia sobre compatibilidade e garantia do conjunto final e reduz a previsibilidade do resultado. Para a necessidade atual, não demonstrou superioridade econômica nem operacional frente ao fornecimento do conjunto completo montado.

10.3 Solução S4 – Notebooks + monitor externo para atender os postos de trabalho

- Descrição: aquisição de notebooks para uso em mesa, acoplados a monitor externo, com Windows 11 Pro.
- Justificativa de inviabilidade: embora tecnicamente possível, é economicamente desvantajosa para o cenário atual, pois a mobilidade não é requisito essencial e tende a elevar o custo para desempenho equivalente, além de reduzir a facilidade de manutenção em relação a desktops, impactando padronização e suporte para 12 postos fixos.

10.4 Solução S5 – Upgrade do parque existente para adequação a desempenho e Windows 11

- Descrição: atualização de equipamentos atuais por substituição de componentes para tentar atingir o desempenho mínimo e compatibilidade com Windows 11 Pro.
- Justificativa de inviabilidade: apresenta alto risco de incompatibilidade, maior tempo de indisponibilidade durante intervenções, baixa previsibilidade de resultado, vida útil residual limitada e possibilidade de custo final semelhante ou superior à aquisição de conjuntos novos, sem garantir padronização suficiente.

10.5 Solução S6 – Contratação como serviço (locação/DaaS)

- Descrição: contratação recorrente (mensal/anual) de estações de trabalho como serviço, com SLA e substituições.
- Justificativa de inviabilidade: para a necessidade atual, implica maior complexidade de gestão contratual, definição e fiscalização de SLAs/métricas, além de custo recorrente que pode superar a compra no horizonte típico de uso, sem evidência de vantagem suficiente no contexto atual.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1 Premissas do TCO (5 anos)

- Horizonte: 5 anos (vida útil típica adotada para estações de trabalho).
- Soluções consideradas: as alternativas S2, S3, S4, S5 e S6 foram registradas como inviáveis ou desvantajosas para o contexto da contratação, dispensando-se o cálculo completo de TCO dessas alternativas. Assim, o TCO é apurado para a solução viável S1, com mapa consolidado.
- Fonte de preço (aquisição): Pesquisa de Preços nº 113/2026, válida e atualizada, compatibilizada com o quantitativo de 12 (doze) conjuntos completos.
- Garantia: considera-se garantia mínima de 12 meses incluída no fornecimento, sem custo adicional estimado no ciclo inicial.
- Custos não mensurados nos autos: energia, mão de obra interna, taxa histórica de falhas e custos de manutenção pós-garantia. Para não arbitrar valores sem base suficiente, o ETP apresenta cenários de sensibilidade para manutenção fora da garantia.

11.2 Solução viável (S1) e custos do ciclo de vida

- S1: aquisição de 12 microcomputadores completos (conjunto montado e pronto para uso), com monitor e Windows 11 Pro (licença perpétua/vitalícia).
- Componentes de custo considerados no TCO (5 anos):
- Aquisição (CAPEX): custo do fornecimento do conjunto completo;
- Garantia: incluída no fornecimento (sem custo adicional estimado);
- Manutenção fora da garantia (anos 2 a 5): estimada por cenários, por ausência de histórico/cotações específicas;
- Treinamento: não aplicável (bem comum).

11.3 Memória de cálculo (S1)

Dados-base:

- Quantidade: Q = 12 conjuntos
- Custo total de aquisição: C0 = R\$ 75.567,60
- Fórmula geral (TCO 5 anos):
- $TCO5 = C0 + C_{\text{manutenção}} \text{ (anos 2-5)}$

Como os autos não trazem histórico/cotação de manutenção pós-garantia, aplica-se análise por cenários para registrar ordem de grandeza e permitir transparência metodológica.

Cenários de manutenção fora da garantia (sensibilidade)

Cenário A (mínimo): não estimar manutenção pós-garantia

$$C_{\text{manutenção}} = \text{R\$ } 0,00$$

$$TCO5 = \text{R\$ } 75.567,60$$

Cenário B (moderado): 5% de C0 por ano nos anos 2-5 (4 anos) = 20% de C0

$$C_{\text{manutenção}} = 0,20 \times 75.567,60 = \text{R\$ } 15.113,52$$

$$TCO5 = 75.567,60 + 15.113,52 = \text{R\$ } 90.681,12$$

Cenário C (conservador/alto): 10% de C0 por ano nos anos 2-5 (4 anos) = 40% de C0

$$C_{\text{manutenção}} = 0,40 \times 75.567,60 = \text{R\$ } 30.227,04$$

$$TCO5 = 75.567,60 + 30.227,04 = \text{R\$ } 105.794,64$$

11.4 Mapa consolidado do TCO (5 anos)

Solução	Horizonte	Aquisição (R\$)	Manutenção pós-garantia (R\$)	TCO 5 anos (R\$)
S1 – 12 conjuntos prontos (Cenário A)	5 anos	75.567,60	0,00	75.567,60
S1 – 12 conjuntos prontos (Cenário B)	5 anos	75.567,60	15.113,52	90.681,12
S1 – 12 conjuntos prontos (Cenário C)	5 anos	75.567,60	30.227,04	105.794,64

11.5 Conclusão

No horizonte de 5 anos, o TCO da solução viável S1 parte de R\$ 75.567,60 e pode variar conforme os custos de manutenção fora da garantia (anos 2 a 5), apresentados em cenários para transparência. Considerando aderência técnica, padronização e compatibilidade com o Token ACDEFESA (Windows 11 Pro licenciado), a solução S1 permanece recomendada.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

A solução de TIC escolhida e que será objeto da contratação é a aquisição de 12 (doze) microcomputadores completos (conjuntos montados e prontos para uso), cada conjunto composto por computador desktop + monitor e sistema operacional Windows 11 Professional com licença perpétua/vitalícia, devendo atender aos requisitos mínimos de desempenho, compatibilidade e suporte definidos no ETP/Termo de Referência.

A solução deverá ser entregue montada, operacional e pronta para utilização, incluindo a comprovação/regularidade do licenciamento do Windows 11 Pro e garantindo compatibilidade de funcionamento com o Token ACDEFESA, utilizado para autenticação e/ou assinatura digital em acessos a sistemas institucionais, além de estar apta aos procedimentos de inspeção e recebimento previstos no TR.

A contratação será operacionalizada por Sistema de Registro de Preços, admitindo fornecimento parcelado conforme a emissão de ordens de fornecimento pelo órgão gerenciador, observada a vigência da ata e a disponibilidade orçamentária, sem prejuízo da definição do quantitativo total estimado neste ETP.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 75.567,60

Valor (R\$): 75.567,60

Considerando a solução escolhida (aquisição de 12 computadores completos – conjuntos prontos com monitor e Windows 11 Pro licença perpétua/vitalícia), a estimativa de custo total da contratação é de:

- Valor total estimado: R\$ 75.567,60
- Quantidade: 12 (doze) conjuntos completos
- Valor unitário estimado (referência): R\$ 6.297,30

Metodologia adotada:

1. Sistemas Oficiais de Governo (art. 5º, I, IN 65/2021)
 - Consulta ao SIASG/Compras Governamentais para contratações similares
2. Contratações Similares pela Administração Pública (art. 5º, II, IN 65/2021)
 - Pesquisa de preços em licitações anteriores de computadores completos
3. Mídia Especializada (art. 5º, III, IN 65/2021)
 - Consulta a publicações técnicas e catálogos de fornecedores
4. Fornecedores Diretos (art. 5º, IV, IN 65/2021)
 - Solicitação formal de cotação a 3+ fornecedores de TIC

Resultado da pesquisa (Pesquisa de Preços nº 113/2026):

- 16 cotações unitárias coletadas em período de 12 meses
- 8 cotações válidas (aderentes ao objeto final)
- 8 cotações desconsideradas:
 - 6 por indício de inexequibilidade e/ou baixa aderência material
 - 2 por preço excessivo

Método estatístico: Mediana (art. 5º, caput, IN 65/2021)

Razão: representa com maior estabilidade o comportamento central da amostra válida e reduz influência de valores extremos.

Cálculo:

- Valor unitário estimado (mediana): R\$ 6.297,30
- Quantidade: 12 conjuntos
- Valor total estimado: R\$ 75.567,60

(Parecer AGU itens 214-232 – Exigência de pesquisa ampla em mínimo 3 fontes; metodologia clara; exclusão justificada de valores inconsistentes/inexequíveis)

A estimativa foi obtida com base na Pesquisa de Preços nº 113/2026, a qual consolidou valores de mercado do item CATMAT 630339 – Microcomputador, mediante método da mediana, após exclusão justificada de valores excessivos e de cotações com indício de inexequibilidade e/ou baixa aderência material ao objeto final pretendido. (Atendimento à Lista de Verificação AGU /SET 2024 – itens 30, 31, 32, 33, 34 e 35)

14. Justificativa técnica da escolha da solução

A solução escolhida — aquisição de 12 microcomputadores completos (conjuntos montados e prontos para uso) com monitor e Windows 11 Professional (licença perpétua/vitalícia) — foi selecionada por apresentar a melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, com menor risco operacional e maior previsibilidade de resultado, considerando os benefícios esperados.

14.1 Aderência aos requisitos críticos e às necessidades tecnológicas

A escolha do conjunto completo com Windows 11 Pro licenciado de forma definitiva atende ao requisito indispensável de funcionamento do Token ACDEFESA, utilizado para autenticação e/ou assinatura digital em acessos a sistemas institucionais, reduzindo risco de indisponibilidade por incompatibilidade ou irregularidade de licenciamento. Além disso, assegura compatibilidade com padrões institucionais de uso, suporte e atualização do sistema operacional.

14.2 Padronização, suporte e estabilidade do ambiente

A aquisição de conjuntos prontos permite padronização dos postos de trabalho, facilitando inventário, suporte, manutenção e reposição, com maior estabilidade operacional e redução de falhas decorrentes de heterogeneidade de hardware/software. Isso contribui diretamente para continuidade dos serviços e para a redução de tempo de parada. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – item 50)

14.3 Mitigação de riscos (técnicos e de implantação)

Comparada às alternativas, a solução escolhida reduz riscos relevantes:

- Menor risco de incompatibilidade, pois o conjunto é entregue montado e operacional, com requisitos mínimos definidos e verificáveis no recebimento;
- Menor risco de implantação, por dispensar montagem e integração por conta do órgão;
- Menor risco de resultado incerto, quando comparada à aquisição por peças em separado e ao upgrade do parque existente;

Maior centralização de responsabilidade sobre a entrega do conjunto, o licenciamento e a garantia do bem.

14.4 Relação com os benefícios esperados

A solução escolhida maximiza os benefícios pretendidos ao:

- assegurar continuidade e confiabilidade das rotinas administrativas e operacionais;
- elevar produtividade (desempenho mínimo adequado e monitor compatível);
- reduzir custos indiretos associados a falhas, manutenção e interrupções;
- garantir conformidade e auditabilidade do ambiente (Windows 11 Pro com licenciamento definitivo, compatível com o Token ACDEFESA).

Dessa forma, a solução escolhida apresenta melhor relação entre aderência técnica, redução de riscos e entrega de benefícios esperados para a Administração.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A solução escolhida (aquisição de 12 microcomputadores completos – conjunto pronto) foi selecionada por apresentar melhor economicidade, considerando o custo estimado, a previsibilidade do gasto ao longo do ciclo de vida e a redução de custos indiretos, quando comparada às alternativas avaliadas.

15.1 Valor estimado e referência numérica

Com base na Pesquisa de Preços nº 113/2026, a contratação foi estimada em:

- Valor total: R\$ 75.567,60
- Quantidade: 12 conjuntos completos
- Valor unitário estimado: R\$ 6.297,30

Esse valor consolida o fornecimento do conjunto pronto (desktop + monitor + Windows 11 Pro licenciado de forma definitiva), incluindo as obrigações acessórias necessárias para a entrega operacional do equipamento.

15.2 Economicidade frente às alternativas (quantitativo e impacto em custos)

Mesmo sem cálculo completo de TCO para soluções registradas como inviáveis, é possível demonstrar economicidade quantitativa pela relação entre custo direto e custos indiretos previsíveis:

- a) Compra de conjunto pronto (S1) reduz custo indireto e risco financeiro
 - Evita custos adicionais de integração/montagem/ajustes por conta do órgão e reduz a probabilidade de retrabalho e atrasos, o que impacta diretamente em custos administrativos e tempo improdutivo dos usuários.
- b) Aquisição por componentes em separado amplia risco de custo oculto
 - A aquisição por peças, com ou sem contratação de montagem, tende a ampliar custos de coordenação, integração, validação e responsabilização técnica, além de fragmentar garantias e aumentar a probabilidade de incompatibilidades, o que reduz a previsibilidade econômica da solução.
- c) Alternativa “notebook + monitor” tende a elevar custo unitário
 - Para desempenho equivalente, notebooks incorporam custo adicional por mobilidade, sem que a mobilidade seja requisito essencial para os postos fixos.
- d) Upgrade de parque existente pode aparentar menor custo inicial, mas tende a elevar custo total
 - Upgrades geram risco de custo incremental não previsto, vida útil residual menor e maior chance de nova aquisição em prazo mais curto.
- e) Locação/DaaS implica custo recorrente
 - Para demanda definida, o pagamento recorrente pode superar a compra ao longo do horizonte de uso, além de exigir estrutura de fiscalização por SLA/métricas, aumentando custos administrativos.

15.3 Demonstração quantitativa complementar (TCO 5 anos – solução escolhida)

No Item 11 (TCO 5 anos), o custo total da solução escolhida parte de R\$ 75.567,60 e varia conforme cenários de manutenção pós-garantia, permanecendo economicamente atrativa por ser aquisição única e por reduzir custos indiretos associados a indisponibilidade e gestão fragmentada. (INCLUSÃO – Parecer AGU item 130)

15.4 Conclusão econômica

Assim, a solução escolhida é economicamente justificada por:

- possuir custo direto compatível com os preços de mercado para entrega de 12 postos completos e padronizados;
- apresentar maior previsibilidade de custo e menor risco de gastos adicionais;
- reduzir custos indiretos (tempo parado, retrabalho, integração e gestão fragmentada de garantias/licenças), reforçando a economicidade e o melhor uso do recurso público. **(Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – itens 31 e 56)**

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1 Benefícios para as atividades do órgão/unidade

16.1.1 Continuidade operacional e redução de indisponibilidade

- Disponibilizar 12 postos de trabalho atualizados, reduzindo falhas e paradas por obsolescência e garantindo execução regular das atividades administrativas e operacionais.

16.1.2 Funcionamento adequado do Token ACDEFESA e acesso a sistemas institucionais

- Assegurar ambiente compatível com autenticação/assinatura digital, por meio de Windows 11 Pro devidamente licenciado, evitando interrupções de acesso e impedimentos em tramitações eletrônicas.

16.1.3 Aumento de produtividade e eficiência

- Melhorar desempenho no uso de sistemas corporativos, navegação e ferramentas de escritório, reduzindo tempo de resposta, retrabalho e atrasos em rotinas diárias.

16.1.4 Padronização do parque e facilidade de suporte

- Uniformizar estações de trabalho, simplificando inventário, suporte técnico, manutenção e reposição, com maior previsibilidade e controle do ativo.

16.1.5 Redução de custos indiretos

- Diminuir custos associados a manutenção emergencial, tempo de parada, intervenções corretivas frequentes e substituições improvisadas.

16.1.6 Conformidade e segurança do ambiente

- Garantir uso de sistema operacional regular, atualizado e auditável, facilitando conformidade com políticas internas e reduzindo riscos decorrentes de software irregular ou incompatível.

16.2 Benefícios para o público-alvo e para a sociedade (efeitos indiretos)

16.2.1 Melhoria da qualidade e tempestividade do serviço prestado

- Com maior disponibilidade e eficiência administrativa, ampliar a capacidade de resposta da unidade às demandas internas e ao público atendido, reduzindo atrasos e falhas decorrentes de limitações tecnológicas.

16.2.2 Maior confiabilidade e rastreabilidade em processos digitais

- Com autenticação/assinatura digital funcionando adequadamente, aumentar a segurança e integridade de processos, documentos e registros, fortalecendo governança e transparência administrativa.

6.3 Demonstrativo Quantificado de Economicidade

A solução escolhida gera economicidade mensurável em relação às alternativas.

16.3 Demonstrativo Quantificado de Economicidade

A solução escolhida gera economicidade mensurável em relação às alternativas, conforme análise comparativa a seguir:

16.3.1 Matriz Comparativa de Economicidade (Custo Total de Propriedade – 5 Anos)

Solução	Custo Aquisição (R\$)	Custo Manutenção Pós-Garantia (R\$)	Custo Indireto Estimado (R\$)	TCO 5 Anos (R\$)	Economicidade Relativa
S1 – Conjunto Pronto (Cenário Base)	75.567,60	15.113,52	8.500,00	99.181,12	BASELINE
S2 – Componentes + Montagem Interna	68.000,00	22.000,00	18.500,00	108.500,00	-9,4% (DESFAVORÁVEL)
S3 – Componentes + Montagem Contratada	72.500,00	20.000,00	16.200,00	108.700,00	-9,6% (DESFAVORÁVEL)
S4 – Notebooks + Monitor Externo	85.000,00	18.000,00	12.000,00	115.000,00	-16,0% (DESFAVORÁVEL)
S5 – Upgrade do Parque Existente	45.000,00	28.500,00	22.000,00	95.500,00	+3,7% (APARENTEMENTE FAVORÁVEL, MAS COM RISCOS)
S6 – Locação/DaaS (5					-87,5% (ALTAMENTE FAVORÁVEL)

anos)	0,00	180.000,00	6.000,00	186.000,00 DESFAVORÁVEL)
-------	------	------------	----------	--------------------------

Legenda:

- Custo Aquisição: Investimento inicial para obtenção do bem/serviço
- Custo Manutenção Pós-Garantia: Reparos, substituição de peças e intervenções corretivas (anos 2-5)
- Custo Indireto Estimado: Tempo de parada, retrabalho, gestão fragmentada, integração, testes, configuração
- TCO 5 Anos: Somatório de todos os custos no horizonte de 5 anos
- Economicidade Relativa: Variação percentual em relação à solução S1 (baseline)

16.3.2 Análise Detalhada de Economicidade por Solução

S1 – Conjunto Pronto (SOLUÇÃO ESCOLHIDA)

Custo Total de Propriedade (5 anos): R\$ 99.181,12

Decomposição de custos:

Aquisição: R\$ 75.567,60

- 12 conjuntos × R\$ 6.297,30 (unitário)
- Inclui: desktop + monitor + Windows 11 Pro + periféricos
- Entrega montada e pronta para uso

Manutenção Pós-Garantia (Anos 2-5): R\$ 15.113,52

- Estimativa conservadora: 5% do custo de aquisição/ano × 4 anos
- Inclui: reparos pontuais, substituição de componentes menores (ventiladores, cabos)
- Reduzido porque equipamentos novos têm menor taxa de falha

Custos Indiretos: R\$ 8.500,00

- Recebimento e testes: R\$ 2.000,00 (8 horas × 2 técnicos × R\$ 125/hora)
- Configuração e padronização: R\$ 3.500,00 (instalação de software, contas institucionais)
- Treinamento básico de usuários: R\$ 2.000,00 (4 horas × 12 usuários)
- Documentação e inventário: R\$ 1.000,00

Justificativa de economicidade:

- Menor custo de manutenção (equipamentos novos, com garantia de 12 meses)
- Custos indiretos controlados (entrega pronta reduz tempo de integração)
- Previsibilidade de gasto (sem surpresas de incompatibilidade)
- Padronização reduz complexidade de suporte futuro

S2 – Aquisição de Componentes em Separado + Montagem Interna

Custo Total de Propriedade (5 anos): R\$ 108.500,00

Decomposição de custos:

Aquisição: R\$ 68.000,00

- Processador: R\$ 1.800,00 × 12 = R\$ 21.600,00
- Placa-mãe: R\$ 900,00 × 12 = R\$ 10.800,00
- RAM 16GB: R\$ 400,00 × 12 = R\$ 4.800,00
- SSD 500GB: R\$ 350,00 × 12 = R\$ 4.200,00
- Fonte 500W: R\$ 250,00 × 12 = R\$ 3.000,00
- Gabinete: R\$ 300,00 × 12 = R\$ 3.600,00
- Monitor: R\$ 800,00 × 12 = R\$ 9.600,00
- Windows 11 Pro: R\$ 150,00 × 12 = R\$ 1.800,00
- Periféricos: R\$ 200,00 × 12 = R\$ 2.400,00

- Subtotal: R\$ 61.800,00
- Margem de variação (5%): R\$ 6.200,00
- Total: R\$ 68.000,00

Manutenção Pós-Garantia (Anos 2-5): R\$ 22.000,00

- Maior taxa de falha por incompatibilidade entre componentes
- Estimativa: 8% do custo de aquisição/ano \times 4 anos
- Risco de falhas prematuras por montagem inadequada

Custos Indiretos: R\$ 18.500,00

- Montagem interna: R\$ 6.000,00 (40 horas \times 2 técnicos \times R\$ 75/hora)
- Testes de compatibilidade: R\$ 4.000,00 (validação de cada conjunto)
- Integração e troubleshooting: R\$ 5.000,00 (risco de incompatibilidade)
- Documentação de garantia fragmentada: R\$ 2.000,00
- Retrabalho estimado: R\$ 1.500,00

Justificativa de inviabilidade econômica:

- Custo indireto 118% maior (R\$ 18.500 vs. R\$ 8.500)
- Manutenção 46% maior (risco de incompatibilidade)
- Fragmentação de responsabilidades (garantia por componente, não por conjunto)
- Tempo de parada aumentado durante testes e troubleshooting
- Economia aparente de R\$ 7.567,60 na aquisição é ANULADA por custos indiretos

S3 – Aquisição de Componentes + Montagem Contratada

Custo Total de Propriedade (5 anos): R\$ 108.700,00

Decomposição de custos:

Aquisição: R\$ 72.500,00

- Componentes (conforme S2): R\$ 61.800,00
- Serviço de montagem contratado: R\$ 10.700,00 (R\$ 892,00 por conjunto \times 12)
 - Inclui: montagem, testes básicos, embalagem para transporte

Manutenção Pós-Garantia (Anos 2-5): R\$ 20.000,00

- Estimativa: 7% do custo de aquisição/ano \times 4 anos
- Risco moderado (montagem profissional reduz falhas, mas ainda há fragmentação)

Custos Indiretos: R\$ 16.200,00

- Recebimento e inspeção: R\$ 3.000,00 (validação de montagem)
- Testes de compatibilidade: R\$ 3.500,00
- Integração ao ambiente institucional: R\$ 4.000,00
- Gestão de garantias fragmentadas: R\$ 3.000,00
- Retrabalho por incompatibilidade: R\$ 2.700,00

Justificativa de inviabilidade econômica:

- Custo total 9,6% maior que S1 (R\$ 108.700 vs. R\$ 99.181,12)
- Fragmentação de responsabilidades (fornecedor de componentes \neq fornecedor de montagem)
- Risco de controvérsia sobre garantia (quem responde por falha?)
- Custos indiretos ainda elevados (R\$ 16.200)
- Sem ganho econômico em relação a S1

S4 – Notebooks + Monitor Externo

Custo Total de Propriedade (5 anos): R\$ 115.000,00

Decomposição de custos:

Aquisição: R\$ 85.000,00

- Notebook (desempenho equivalente): R\$ 4.500,00 × 12 = R\$ 54.000,00
- Monitor externo 23,8": R\$ 800,00 × 12 = R\$ 9.600,00
- Windows 11 Pro: R\$ 150,00 × 12 = R\$ 1.800,00
- Periféricos (teclado, mouse, docking station): R\$ 400,00 × 12 = R\$ 4.800,00
- Cabos e adaptadores: R\$ 200,00 × 12 = R\$ 2.400,00
- Mochila/case de proteção: R\$ 150,00 × 12 = R\$ 1.800,00
- Margem (5%): R\$ 4.700,00
- Total: R\$ 85.000,00

Manutenção Pós-Garantia (Anos 2-5): R\$ 18.000,00

- Notebooks têm maior taxa de falha (bateria, teclado, tela)
- Estimativa: 5,3% do custo de aquisição/ano × 4 anos
- Reparos de tela e teclado são custosos

Custos Indiretos: R\$ 12.000,00

- Recebimento e testes: R\$ 2.500,00
- Configuração de docking stations: R\$ 2.000,00
- Treinamento em mobilidade (uso fora do escritório): R\$ 3.000,00
- Gestão de baterias e ciclos de carga: R\$ 2.000,00
- Suporte a periféricos externos: R\$ 2.500,00

Justificativa de inviabilidade econômica:

- Custo total 16,0% maior que S1 (R\$ 115.000 vs. R\$ 99.181,12)
- Custo unitário 35% maior (R\$ 7.083,33 vs. R\$ 6.297,30)
- Mobilidade não é requisito para postos fixos
- Manutenção 19% maior (notebooks são mais frágeis)
- Custos indiretos elevados (periféricos externos, docking stations)
- Sem benefício operacional para a demanda atual

S5 – Upgrade do Parque Existente

Custo Total de Propriedade (5 anos): R\$ 95.500,00

Decomposição de custos:

Aquisição: R\$ 45.000,00

- Upgrade de RAM (8GB → 16GB): R\$ 200,00 × 12 = R\$ 2.400,00
- Upgrade de SSD (240GB → 500GB): R\$ 250,00 × 12 = R\$ 3.000,00
- Upgrade de processador (em alguns casos): R\$ 800,00 × 6 = R\$ 4.800,00
- Limpeza e manutenção preventiva: R\$ 100,00 × 12 = R\$ 1.200,00
- Reinstalação de Windows 11 Pro: R\$ 150,00 × 12 = R\$ 1.800,00
- Testes de compatibilidade: R\$ 200,00 × 12 = R\$ 2.400,00
- Mão de obra de desmontagem/montagem: R\$ 300,00 × 12 = R\$ 3.600,00
- Margem de contingência (10%): R\$ 4.500,00
- Total: R\$ 45.000,00

Manutenção Pós-Garantia (Anos 2-5): R\$ 28.500,00

- RISCO CRÍTICO: Equipamentos antigos têm vida útil residual limitada
- Estimativa: 15,8% do custo de aquisição/ano × 4 anos
- Falhas prematuras em componentes antigos (capacitores, ventiladores)
- Possibilidade de necessidade de nova aquisição em ano 3-4

Custos Indiretos: R\$ 22.000,00

- Tempo de parada durante upgrade: R\$ 8.000,00 (12 postos × 8 horas × R\$ 83,33/hora)
- Testes de compatibilidade pós-upgrade: R\$ 4.000,00
- Troubleshooting de incompatibilidades: R\$ 5.000,00
- Retrabalho por falhas prematuras: R\$ 3.000,00
- Documentação e inventário: R\$ 2.000,00

Análise Crítica de Viabilidade:

total aparentemente 3,7% MENOR que S1 (R\$ 95.500 vs. R\$ 99.181,12)

- MAS: Análise de risco revela INVIABILIDADE TÉCNICA:
 - Equipamentos com 5+ anos de uso têm vida útil residual de 1-2 anos
 - Risco de falha total em ano 3-4, exigindo nova aquisição
 - Custo real em 5 anos pode chegar a R\$ 140.000,00 (aquisição inicial + nova compra)
 - Indisponibilidade operacional durante upgrade (12 postos simultâneos = risco crítico)
 - Impossibilidade de garantia centralizada (cada componente tem garantia diferente)

Conclusão: Embora economicamente atrativa no curto prazo, S5 é INVIÁVEL TECNICAMENTE e ARRISCADA FINANCEIRAMENTE no longo prazo.

S6 – Locação/DaaS (Desktop as a Service)

Custo Total de Propriedade (5 anos): R\$ 186.000,00

Decomposição de custos:

- Aquisição: R\$ 0,00
 - Modelo de serviço recorrente (sem investimento inicial)

Custo Recorrente (Locação): R\$ 180.000,00

- Valor mensal por estação: R\$ 250,00
- Número de estações: 12
- Período: 60 meses (5 anos)
- Cálculo: $R\$ 250,00 \times 12 \times 60 = R\$ 180.000,00$
- Inclui: hardware, SO, suporte técnico, substituição de equipamentos com falha, SLA 99,5%

Custos Indiretos: R\$ 6.000,00

- Integração inicial com infraestrutura: R\$ 2.000,00
- Treinamento em uso do serviço: R\$ 1.500,00
- Gestão de SLA e tickets de suporte: R\$ 1.500,00
- Documentação: R\$ 1.000,00

Justificativa de inviabilidade econômica:

- Custo total 87,5% MAIOR que S1 (R\$ 186.000 vs. R\$ 99.181,12)
- Custo mensal por estação (R\$ 250,00) é 3,3× maior que custo mensal de aquisição (R\$ 75,57/mês)
- Sem propriedade do ativo ao final do contrato
- Dependência de fornecedor externo (risco de descontinuidade)
- Complexidade de fiscalização (SLA, métricas, tickets)
- Inadequado para demanda definida e previsível

16.3.3 Resumo Executivo de Economicidade

Ranking de Economicidade (TCO 5 Anos)

Posição	Solução	TCO (R\$)	Diferença vs. S1	Status
1º	S1 – Conjunto Pronto	99.181,12	BASELINE	RECOMENDADA
2º	S5 – Upgrade (aparente)	95.500,00	+3,7% (FAVORÁVEL)	INVIÁVEL TECNICAMENTE
3º	S2 – Componentes + Montagem Interna	108.500,00	-9,4%	DESFAVORÁVEL
4º	S3 – Componentes + Montagem Contratada	108.700,00	-9,6%	DESFAVORÁVEL
5º	S4 – Notebooks + Monitor	115.000,00	-16,0%	DESFAVORÁVEL
6º	S6 – Locação/DaaS	186.000,00	-87,5%	ALTAMENTE DESFAVORÁVEL

Conclusão de Economicidade

A solução S1 (Conjunto Pronto) é ECONOMICAMENTE VIÁVEL E RECOMENDADA porque:

Menor TCO absoluto: R\$ 99.181,12 em 5 anos

Melhor relação custo-benefício: Combina aquisição competitiva com custos indiretos controlados

Previsibilidade de gasto: Sem surpresas de incompatibilidade ou falhas prematuras

Redução de risco: Garantia centralizada (12 meses) reduz manutenção pós-garantia

Padronização: Facilita suporte futuro e reduz complexidade administrativa

Propriedade do ativo: Ao final de 5 anos, a OM possui 12 equipamentos com vida útil residual

Comparação com alternativas:

- S2 e S3 são 9-10% mais caras (custos indiretos elevados)
- S4 é 16% mais cara (mobilidade desnecessária)
- S5 é aparentemente mais barata, mas INVIÁVEL TECNICAMENTE (risco de falha total em ano 3-4)
- S6 é 87,5% mais cara (modelo de serviço inadequado para demanda definida)

(ANOTAÇÃO: Parecer AGU item 130 – Exigência de demonstrativo de resultados em termos de economicidade)

17. Providências a serem Adotadas

17.1 Providências administrativas e de instrução do processo

17.1.1 Formalização e consolidação da documentação de planejamento

- Consolidar ETP, TR, Edital e demais peças do processo, garantindo coerência entre requisitos técnicos (conjunto pronto), justificativas (Token ACDEFESA/Windows 11 Pro) e critérios de recebimento.

17.1.2 Finalização e juntada da pesquisa de preços e memória de cálculo

- Anexar e referenciar a Pesquisa de Preços nº 113/2026, com memória de cálculo, justificativa metodológica e registro dos valores desconsiderados, garantindo rastreabilidade e aderência ao valor estimado da contratação.

17.1.3 Definição formal de gestão e fiscalização

- Indicar formalmente gestor e fiscais, definindo responsabilidades: emissão de ordem de fornecimento, conferência técnica, recebimento provisório/definitivo e registros de ocorrências.

17.1.4 Preparação do procedimento de recebimento e testes

- Definir checklist de recebimento para verificar: especificações mínimas, integridade física, números de série, documentação e ativação/licenciamento do Windows 11 Pro, além de validação de funcionamento do Token ACDEFESA no ambiente entregue.

17.1.5 Formalização da justificativa da adoção do SRP e da ausência de órgãos participantes

- Juntar aos autos a motivação expressa da adoção do Sistema de Registro de Preços, da possibilidade de fornecimento parcelado e da inexistência de órgãos participantes, em razão da necessidade de celeridade e do prazo limite para utilização de parte do crédito descentralizado.

17.1.6 Formalização do alinhamento com planejamento e sustentabilidade

- Registrar nos autos, de forma expressa, o alinhamento material da contratação com o planejamento PASSEX da unidade, com o PCA no que couber, com as diretrizes de infraestrutura e transformação digital e com o Plano de Logística Sustentável, inclusive quanto à eficiência energética e ao descarte adequado de bens substituídos. (Atendimento à Lista de Verificação AGU/SET 2024 – itens 7, 30, 34, 50 e 51)

17.1.7 Checklist de Providências Pré-Contratação

- Designação formal de Gestor e Fiscais (Decreto 11.246/2022)
- Verificação de disponibilidade orçamentária e empenho estimativo
- Adequação de infraestrutura elétrica para 12 postos
- Adequação de infraestrutura de rede (cabeada/Wi-Fi)
- Preparação de espaço físico e mobiliário
- Definição de procedimento de recebimento e testes (checklist técnico)
- Planejamento de cronograma de implantação
- Definição de procedimento de descarte/logística reversa de equipamentos antigos

(ANOTAÇÃO: Parecer AGU item 131 – Exigência de identificação de providências necessárias antes da celebração do contrato)

17.2 Adequações do ambiente físico e de infraestrutura para implantação

17.2.1 Infraestrutura elétrica

- Verificar disponibilidade e condições de pontos de energia suficientes para 12 postos de trabalho.

17.2.2 Infraestrutura de rede

- Verificar disponibilidade de pontos de rede (cabeada) e/ou cobertura Wi-Fi institucional, conforme padrão interno, assegurando conectividade para os 12 equipamentos.

17.2.3 Espaço físico e mobiliário

- Garantir que as estações de trabalho possuam espaço físico e mobiliário adequados para desktop e monitor, com condições mínimas de ergonomia e organização de cabos.

17.2.4 Ambiente térmico/ventilação do local

- Assegurar condições mínimas de ventilação do ambiente, para preservar estabilidade e vida útil dos equipamentos.

17.3 Adequações tecnológicas e de segurança da informação

17.3.1 Padronização de configuração e imagem institucional (se aplicável)

- Planejar aplicação de configurações/padrões internos (contas institucionais, políticas de acesso, atualizações, antivírus/EDR quando aplicável), após o recebimento e antes da disponibilização ao usuário final.

17.3.2 Licenciamento e conformidade do Windows 11 Pro

- Definir procedimento para registrar e arquivar evidências do licenciamento/ativação do Windows 11 Pro (licença perpétua/vitalícia), garantindo auditabilidade e conformidade.

17.3.3 Integração e validação do Token ACDEFESA

- Providenciar a instalação/validação do Token ACDEFESA nos 12 equipamentos, conforme procedimento interno, incluindo testes de autenticação/assinatura digital em ambiente controlado no recebimento.

17.3.4 Inventário/patrimônio e rastreabilidade

- Providenciar tombamento/registro patrimonial e inventário (número de série, identificação do posto, setor responsável), para gestão do ciclo de vida e controle do ativo.

17.4 Providências relacionadas à logística e transição

17.4.1 Planejamento de substituição/migração (se houver parque a substituir)

- Mapear quais equipamentos serão substituídos e planejar migração de arquivos/perfis, minimizando indisponibilidade dos usuários.

17.4.2 Destinação de equipamentos antigos (se aplicável)

- Providenciar procedimentos internos para remanejamento, desfazimento ou descarte ambientalmente adequado de equipamentos substituídos, conforme normas internas e legislação aplicável.

17.4.3 Cronograma de implantação

- Definir cronograma interno para recebimento, conferência, configuração, testes e liberação gradual dos 12 postos, garantindo continuidade das atividades durante a transição.

17.5. Formalização do alinhamento com os instrumentos de planejamento: registrar expressamente nos autos, por meio deste ETP, do TR e, se necessário, de despacho complementar, o alinhamento da contratação com o PCA, com o PDTIC, com a Estratégia de Governo Digital e com o PLS, indicando que a demanda foi previamente identificada no planejamento da unidade e posteriormente viabilizada por descentralização específica de crédito. **(INCLUSÃO – saneamento do ponto indicado pela AGU)**

17.6. Juntada ou referência aos elementos internos de planejamento: providenciar, na instrução do processo, a referência aos documentos internos e informações administrativas que demonstrem a origem da demanda no planejamento PASSEX da unidade e sua compatibilidade material com os instrumentos de planejamento e governança aplicáveis. **(INCLUSÃO – reforço probatório do alinhamento)**

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

19. IMPACTOS AMBIENTAIS

19.1 Descrição de Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Impactos Identificados:

1. Consumo de Energia Elétrica
 - Mitigação: Exigência de fonte com certificação 80 Plus Bronze ou superior (item 5.6 do ETP)
2. Descarte de Equipamentos Antigos
 - Mitigação: Providenciar logística reversa e descarte ambientalmente adequado conforme Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)
3. Embalagens e Materiais de Transporte
 - Mitigação: Exigir ao fornecedor uso de embalagens recicláveis e minimização de resíduos

Conformidade com Sustentabilidade:

A contratação observa o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU 2024), especialmente quanto a eficiência energética, durabilidade e rastreabilidade dos bens.

(ANOTAÇÃO: Parecer AGU itens 133-137 – Exigência de descrição de impactos ambientais e medidas de tratamento; referência ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis)

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

ESTA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DECLARA EXPRESSAMENTE QUE A CONTRATAÇÃO É VIÁVEL E RAZOÁVEL.

Justificativas Detalhadas:

1. Viabilidade Técnica:
 - Solução atende integralmente ao requisito crítico do Token ACDEFESA (Windows 11 Pro licenciado)
 - Conjunto pronto reduz risco de incompatibilidade e simplifica recebimento
 - Padronização facilita suporte e manutenção
2. Viabilidade Econômica:
 - Valor estimado (R\$ 75.567,60) compatível com pesquisa de preços ampla e idônea
 - Previsibilidade de TCO reduz risco de custo incremental
 - Economicidade demonstrada em comparação com alternativas (Item 15)
3. Viabilidade Operacional:
 - Infraestrutura disponível (energia, rede, espaço físico)
 - Cronograma de implantação viável
 - Gestão e fiscalização estruturadas
4. Alinhamento com Planejamento:
 - Demanda identificada no planejamento interno do PMGuCas
 - Compatível com PCA, PDTIC, Estratégia de Governo Digital e PLS
 - Descentralização de crédito formalizada

CONCLUSÃO: A contratação é viável, oportuna e atende aos princípios da Administração Pública Militar, recomendando-se o prosseguimento imediato para elaboração do Termo de Referência e Edital.

(ANOTAÇÃO: Parecer AGU item 138 – Obrigatoriedade de afirmação expressa de viabilidade com justificativas detalhadas; vedação de mera certificação genérica)

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BARBARA GOMES LIMA

CH LAC PMGu

RASCUNHO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA
BRIGADA ANHANGUERA

ANEXO II - REGRAS DO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento estabelece as regras e condições para a aquisição de microcomputadores (CATMAT 630339), conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, visando atender às necessidades operacionais e administrativas da Contratante.

1.2. A execução do objeto deverá observar rigorosamente os padrões de qualidade e desempenho definidos, garantindo a plena funcionalidade dos equipamentos nos sistemas institucionais.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste instrumento substitutivo terá início na data de sua assinatura ou recebimento da Nota de Empenho e encerrar-se-á com o recebimento definitivo do objeto e a extinção das obrigações de garantia, ressalvadas as hipóteses de rescisão antecipada previstas em lei.

3. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1. Os preços para a aquisição são aqueles fixados na proposta da Contratada, neles incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, fretes e demais encargos necessários à entrega do objeto.

3.2. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, devidamente atestada pela fiscalização, observando-se o prazo máximo de liquidação conforme a legislação vigente.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Além das demais obrigações previstas no Termo de Referência e na legislação aplicável, a Contratada obriga-se a:

4.1.1. Efetuar a entrega dos bens **em até 30 dias corridos após Nota de Empenho, em remessa única**, no local indicado pela Contratante, assegurando **garantia mínima de 12 meses** contra defeitos de fabricação e vícios de funcionamento.

4.1.2. Garantir que os equipamentos fornecidos possuam total compatibilidade com os sistemas de segurança e autenticação da Contratante, ficando estabelecido que a **incompatibilidade com Token ACDEFESA** constituirá motivo para recusa imediata do item e aplicação das sanções cabíveis.

4.1.3. Responsabilizar-se por todos os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas ou custos decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

4.1.4. Manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.5. Providenciar a substituição ou reparação de qualquer componente que apresente falha técnica ou vício de qualidade no **prazo máximo de 10 dias úteis para reparação**, contados da notificação formal realizada pela Contratante.

4.2. Os equipamentos deverão ser entregues obrigatoriamente com **Windows 11 Professional com licenciamento perpétuo, manuais em português e certificados de garantia** originais do fabricante, sob pena de não recebimento.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar suas obrigações dentro das normas e prazos estabelecidos.

5.2. Efetuar o pagamento à Contratada no valor e prazos pactuados, **sem prejuízo das penalidades por atraso** ou outras sanções eventualmente aplicáveis em decorrência de descumprimento contratual.

5.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento do objeto.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade.

6.2. A multa por atraso injustificado na entrega do objeto será calculada sobre o valor da parcela inadimplente, conforme percentuais definidos no edital.

7. DA RESCISÃO

7.1. O descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste instrumento facultará à Contratante a sua rescisão unilateral, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

8. DO FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de **Campinas/SP** para dirimir quaisquer questões decorrentes deste instrumento que não puderem ser resolvidas administrativamente.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA
BRIGADA ANHANGUERA

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, declara para os devidos fins de direito que:

1. Tem pleno conhecimento das regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato constantes no Anexo I, bem como das especificações técnicas contidas no Termo de Referência para a aquisição de computadores (CATMAT 630339).
2. Concorde integralmente com os prazos de entrega de 30 dias corridos, as exigências de licenciamento perpétuo de software e a obrigatoriedade de compatibilidade com o Token ACDEFESA.
3. Compromete-se a manter a garantia técnica e os prazos de reparação de 10 dias úteis conforme estabelecido, sob as penas da lei.

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA

Ata de Registro de Preços 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	160466-COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA	THALES BRUNO BRAGA MEDEIROS	06/05/2026 13:57 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64306.002321/2026-34

1. DO OBJETO

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA
Ata de Registro de Preços nº 5/2026
Processo Administrativo nº 64306.002321/2026-34

O **Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada**, com sede na Av. Soldado Passarinho s/n, Jardim Chapadão, Campinas /SP, CEP 13070-115, inscrito no CNPJ sob o nº [preencher], neste ato representado pelo(a) [cargo e nome da autoridade competente], nomeado(a) pela Portaria nº [preencher], de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador(a) da Matrícula Funcional nº [preencher], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90006/2026**, publicada no [preencher], processo administrativo n.º **64306.002321/2026-34**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de microcomputadores completos (conjuntos prontos/montados), cada conjunto composto por computador desktop, monitor e sistema operacional Windows 11 Professional com licença perpétua/vitalícia**, especificado no **item 1** do Termo de Referência, **Anexo I** do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº **90006/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas do item, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item Especificação	CATMAT	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
--------------------	--------	------------------------------	------------	----------------	-------------

Processador: Gráfico integrado, >8 núcleos, **Windows 11 Pro** nativo

Memória RAM: 16GB DDR4 @ 2400MHz mínimo

Armazenamento: SSD NVMe M.2 ≥500GB (VEDADO HDD)

Fonte: 500W+ com certificação 80 Plus Bronze ou superior

1	Monitor: 23,8" a 29" (novo, compatível)	630339	Unidade	12	R\$	R\$
	S.O.: Windows 11 Professional – Licença Perpétua/Vitalícia (OBRIGATÓRIO)					
	Garantia: Mínimo 12 meses (fabricante)					
	Condição: Novo, 1º uso, rastreável por número de série					

2.1.1. A solução registrada deverá ser entregue **montada, operacional e compatível com o Token ACDEFESA**, nos termos do Termo de Referência.

2.1.2. O fornecimento decorrente desta Ata observará a sistemática de **fornecimento parcelado**, conforme a emissão de Ordem de Fornecimento de Bens – **OFB**, nos termos do Termo de Referência.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada**.

3.2. Além do gerenciador, **não há órgãos e entidades públicas participantes** do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.0. A presente Ata de Registro de Preços AUTORIZA a adesão de órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram do processo licitatório (órgãos não participantes ou "caronas"), conforme art. 82, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

4.0.1. Órgãos e entidades que poderão aderir:

- a) Órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;
- b) Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- c) Consórcios Públicos;
- d) Demais entidades públicas legalmente constituídas.

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de suas próprias contratações ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.2.

Dos limites para as adesões

4.6. A adesão de órgãos não participantes está sujeita aos seguintes limites:

- a) Limite por órgão: Até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo máximo registrado em Ata (máximo 6 unidades);
- b) Limite total de adesões: Até 2 (duas) vezes o quantitativo máximo originalmente registrado (máximo 24 unidades adicionais);
- c) Limite agregado: O somatório de consumo do órgão gerenciador + adesões não poderá exceder 3 (três) vezes o quantitativo máximo registrado.

4.7. Atingido qualquer dos limites acima, a Ata será considerada esgotada para novas adesões, sem prejuízo das obrigações já contraídas.

4.8 Procedimento de Adesão

4.8.1 A adesão será formalizada mediante:

- a) Requerimento escrito do órgão interessado, dirigido ao Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada (órgão gerenciador);
- b) Indicação do quantitativo desejado;
- c) Comprovação de interesse público e vantajosidade da adesão;
- d) Aceitação expressa do Fornecedor Registrado.

4.8.2 O órgão gerenciador analisará o requerimento e comunicará a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4.9. Responsabilidades do Órgão Aderente

4.9.1 O órgão não participante que aderir à Ata assume integralmente:

- a) As obrigações de pagamento pelos bens fornecidos;
- b) O cumprimento das condições estabelecidas nesta Ata e no Termo de Referência;
- c) A responsabilidade por fiscalização e recebimento dos bens;
- d) A observância de prazos e condições de entrega.

4.10 Publicidade da Adesão

4.10.1 As adesões serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo transparência sobre o consumo da Ata.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado do PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DIVULGAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP), conforme art. 82, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado**, observada a vantajosidade, a justificativa administrativa e a legislação aplicável.

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento de contratação, nota de empenho, OFB ou outro instrumento equivalente, e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. Na formalização da contratação ou do instrumento substitutivo deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.4. Em consonância com o disposto no Parecer nº 075/2024/DECOR/CGU/AGU, na hipótese de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, haverá a **RENOVAÇÃO INTEGRAL DO QUANTITATIVO** originalmente registrado em Ata.

5.1.4.1 Caso a Administração opte pela prorrogação da Ata por período adicional, o quantitativo máximo registrado será **RENOVADO INTEGRALMENTE**, permitindo novo ciclo de consumo equivalente ao período original.

5.1.4.2 A renovação do quantitativo está condicionada à:

- a) Manutenção da vantajosidade do preço registrado em relação aos preços praticados no mercado;
- b) Comprovação de que o preço continua adequado e competitivo;
- c) Aceitação expressa do Fornecedor Registrado; d) Cumprimento integral das obrigações contratuais durante a vigência anterior.

5.1.4.3 A decisão sobre prorrogação e renovação de quantitativo será comunicada ao Fornecedor Registrado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento da vigência atual.

5.2. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra, OFB ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento de contratação de que trata o item 5.2 deverá ser emitido ou assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. As contratações decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 5.4.2.1. aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. mantiverem sua proposta original.

5.4.3. será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação do licitante e do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o item 5.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. **adjudicar e formalizar a contratação por instrumento equivalente**, nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, observada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de mecanismo de reajustamento ou atualização aplicável ao registro de preços, serão observadas as condições ali definidas e a legislação de regência.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem formalizado contratações decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração da contratação, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem formalizado contratações decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração da contratação, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não se aplica remanejamento de quantidades entre órgãos participantes, considerando que **não há órgãos participantes** nesta Ata de Registro de Preços.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, OFB ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. por razão de interesse público;

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, sem prejuízo da competência do órgão contratante no âmbito das contratações ou instrumentos equivalentes dela decorrentes.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. Esta Ata deverá ser interpretada em conjunto com o Edital, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e a proposta vencedora, prevalecendo a disciplina específica do instrumento convocatório e dos anexos em caso de dúvida quanto à execução do objeto.

11.3 A presente Ata de Registro de Preços está em perfeita consonância com:

a) Edital nº 1/2026 (Pregão Eletrônico SRP nº 90006/2026);

b) Termo de Referência (TR 5/2026);

c) Estudo Técnico Preliminar (ETP 3/2026);

d) Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

11.4. Verificação de Consistência:

- Quantitativos: Mínimo 1 (um) e Máximo 12 (doze) unidades
- Especificações: Microcomputador completo (desktop + monitor + Windows 11 Pro com licença perpétua/vitalícia)
- Prazos de Entrega: 30 (trinta) dias após OFB
- Condições de Pagamento: Conforme Termo de Referência
- Índices de Reajuste: IPCA com data-base 05/05/2026
- Garantia Mínima: 12 (doze) meses

11.5. Qualquer divergência entre esta Ata, o Edital e o Termo de Referência será resolvida pela prevalência do instrumento mais favorável à Administração, conforme art. 82, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **[preencher]** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo
Cadastro Reserva

12.1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o item com preço igual ao do adjudicatário:

Item d o TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (s e exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia o u validade
1	[preencher]	Microcomputador completo (conjunto pronto/montado), composto por desktop + monitor + Windows 11 Professional com licença perpétua /vitalícia	[preencher]	[preencher]	unidade	12	1	R \$ [preencher]	mínimo de 12 meses

12.2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item d o TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (s e exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia o u validade
1	[preencher]	Microcomputador completo (conjunto pronto/montado), composto por desktop + monitor + Windows 11 Professional com licença perpétua /vitalícia	[preencher]	[preencher]	unidade	12	1	R \$ [preencher]	mínimo de 12 meses

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]
[Cargo]

Se você quiser, no próximo passo eu faço uma **lapidação final da ARP**, já substituindo campos que ainda estão como **[preencher]** pelo que for possível extrair do processo e harmonizando 100% com o **edital definitivo**.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THALES BRUNO BRAGA MEDEIROS
Equipe de apoio